



MANIFESTO **EMPREendedOR**

2026

MANIFESTO EMPREENDEDOR

2026

1° Edição
30/01/2026

*Qual Estado queremos celebrar em
Setembro de 2035, nos 200 anos da
Revolução Farroupilha?*

*Que País e Mundo serão possíveis em
Setembro de 2045, no marco dos 100
anos do final da 2ª Guerra Mundial?*

Desafios na Competitividade e Qualidade de Vida dos Gaúchos

Uma visão para 20 de setembro de 2035

“ Vamos legar um Estado rico em oportunidades para jovens de 18 anos em 2035? ”

“ Uma criança que entrou com 6 anos na educação fundamental em 2023, que Estado vai encontrar em 20 de Setembro de 2035? ”

“ Podemos nos tornar um destino para o florescimento de grandes talentos? ”

“ As vocações de nossa terra e os talentos de nosso povo, estarão a serviço de um mundo melhor? ”

Manifesto Empreendedor

O 1º Manifesto Empreendedor Gaúcho, publicado inicialmente em 12 de julho de 2023, foi atualizado diante da realidade socioeconômica e ambiental brasileira, da consolidação, no Rio Grande do Sul, de uma sequência de eventos climáticos extremos ao longo de cinco anos, desde secas até as trágicas enchentes de setembro a maio de 2024, com nova estiagem em 2025, bem como em função de mudanças geopolíticas, climáticas e tecnológicas no planeta.

A partir de preocupações de grandes pensadores, políticos e cientistas da atualidade, adaptadas ao contexto local pelo debate interno nesse modelo de associativismo empreendedor, o Bloco Empresarial, com suas federações e entidades multissetoriais, buscando inteligências nas áreas públicas e privadas, durante os anos de 2024 e 2025, formou diagnósticos e cenários para o Rio Grande do Sul. Estratégias de atuação da sociedade civil organizada, embasadas em valores e princípios, abordando políticas públicas nacionais e prioritárias ao reerguimento do Rio Grande do Sul, estabeleceram ações para o resgate de setores em crise e um norte para mobilização da opinião pública em prol de um ambiente sustentável, fértil em geração de riquezas, oportunidades, arrecadação e qualidade de vida para todos, imprescindível à revitalização de nossa terra.

Breve Histórico e Momento Gaúcho pós Tragédia Climática de 2024

A partir de 2015, o Rio Grande do Sul — que, após várias décadas de disputa ideológica, gerou uma realidade de desequilíbrio fiscal, endividamento e falta de capacidade de investimento —, diante do atraso nos salários de servidores e da incapacidade de prestar serviços públicos, já em processo de desindustrialização, foi compelido a um debate realista sobre as escolhas que fez.

Veio à tona a decadência nos padrões dos serviços públicos, com perda de posições em relação a outros estados, somada a um ambiente hostil ao empreendedorismo e aos investimentos privados, o que fez com que setores econômicos outrora pujantes, bem como centenas de milhares de gaúchos, migrassem para outros lugares em busca de oportunidades e qualidade de vida.

A grave crise socioeconômica sedimentou o terreno, na opinião pública, para a construção de convergências sociais e políticas, enfrentando as dificuldades por meio de uma série de ajustes de gestão, com remédios amargos e sacrifícios tanto privados quanto públicos.

De 2019 a meados de 2023, por meio de uma ação conjunta liderada pelo Poder Executivo, com apoio do Parlamento e da sociedade civil organizada, foram realizadas concessões, privatizações e reformas — como a administrativa, a previdenciária e a do Código Ambiental —, fazendo com que

a situação das contas públicas melhorasse, com os salários dos servidores públicos em dia. A partir de setembro de 2023, ainda em um frágil equilíbrio fiscal, reforçado pela venda de ativos e pela suspensão do pagamento da dívida com a União no âmbito do Regime de Recuperação Fiscal, fomos surpreendidos pela tragédia climática das enchentes, com nova estiagem em 2025.

Em janeiro de 2026, consolidado o diagnóstico de uma sequência de fenômenos climáticos extremos sem precedentes ao longo de cinco anos — das secas à trágica enchente de 2024 —, nosso Estado, que tem nas safras agropecuárias o principal motor econômico da indústria, do comércio e dos serviços, sofreu graves danos às colheitas de grãos e à capacidade produtiva instalada.

O cenário foi agravado por uma política federal equivocada da década de 1990, marcada por um modelo de concessão ferroviária decadente que, por décadas, impediu o transporte competitivo de grãos e insumos com o Centro-Oeste e o Sudeste e que, nas quebras de safras dos últimos anos, sufocou cadeias produtivas inteiras, com o abastecimento de grãos dependente de longos transportes rodoviários, até culminar na desconexão férrea do Rio Grande do Sul com o restante do Brasil, em maio de 2024.

O Rio Grande do Sul, que historicamente foi uma máquina geradora de riquezas e arrecadação para o País, enfrenta agora o endividamento no campo e na cidade, público e privado, que, somado à inversão da curva demográfica por envelhecimento, prevista para 2027, e ao êxodo de gaúchos provocado pelo sufocamento da infraestrutura e das oportunidades, pode tornar o Estado dependente de outras regiões, caso não consigamos reverter tendências sombrias.

Diante da consolidação de prejuízos potencialmente irreversíveis, bem como da necessidade de adaptação às transformações mundiais e climáticas, precisamos encontrar consensos rápidos que transformem nossas riquezas em desenvolvimento social, econômico e ambiental, atraindo novas ondas migratórias com oportunidades de trabalho, negócios e qualidade de vida, fazendo frutificar as vocações de nossa terra em benefício dos gaúchos, dos brasileiros e da humanidade.

Risco Mundial Diante das Megatendências da Revolução Tecnológica

O recente avanço exponencial tecnológico, colocando enorme poder criativo e destrutivo ao alcance de tantos, em um momento de involução ética civilizacional, acendeu o alerta de cientistas e pensadores para um ápice de riscos de extinção ainda não vivenciado.

Na história da civilização, das interações entre grupos surgiram soluções tanto pela cooperação quanto pelo conflito, com o avanço nas regras de convivência entre povos vindo acompanhado de um dilema entre o ritmo da evolução tecnológica e o ritmo da evolução ética e filosófica. Enquanto a primeira é capaz de gerar soluções, abundância de recursos e poder, a evolução ética e filosófica seria capaz de usar com sabedoria as descobertas em prol do bem comum de longo prazo, buscando sentido, sem abusar nem se omitir em relação a grupos vulneráveis.

Partindo das reflexões de cientistas como Stephen Hawking e das preocupações recentes de pensadores como Yuval Harari, ao avaliar os riscos da atualidade sob uma perspectiva histórica dos últimos milênios, enxergamos o trabalho de filósofos, ideologias, religiões e descobridores, dos quais surgiram sistemas baseados em redes de informação, capazes de promover tanto a busca pela verdade quanto o sacrifício desta pela manutenção da ordem, permeados pelo acúmulo de informações e poder que conectam, sem necessariamente representar a verdade ou maior sabedoria.

A promoção do bem ou do mal por meio das mesmas ferramentas, com redes de informação muitas vezes sacrificando a verdade em nome da ordem — desde Estados teocráticos e regimes totalitários até democracias liberais, com seus mecanismos de autocorreção — manteve um frágil equilíbrio entre poder e ética. Esse equilíbrio, ciclicamente rompido pela ambição desenfreada, pela loucura ou por paradigmas políticos e religiosos, provocando perseguições, guerras, sofrimento e mortes em larga escala, atinge, nas últimas descobertas científicas, um ápice de risco de extinção, com enorme poder criativo e destrutivo rapidamente ao alcance de democracias instáveis, terroristas e regimes totalitários.

Em 2026, dispomos de energia cada vez mais abundante, desde fontes renováveis até nucleares avançadas, redes de informação instantâneas via satélite, biotecnologia e tecnologia de precisão capazes de prover abundância alimentar e controlar doenças, soluções médicas que integram membros mecânicos controlados por cérebros humanos, até inteligência artificial operando robôs humanoides ou influenciando opiniões humanas, moldando políticas públicas e tomando decisões por meio de algoritmos.

Ao mesmo tempo em que estamos hiperconectados, com fácil acesso à mais complexa rede de informações já existente, vivenciamos, no Ocidente, a primeira geração humana que involuiu, avaliada com menores índices no quociente de inteligência em relação à geração anterior.

Enquanto milhões de seres humanos se mantêm na superficialidade, saciando desejos despertados por influenciadores e interagindo por emoções manipuladas por algoritmos, a civilização mergulha em uma corrida exponencial

pela evolução da inteligência artificial, que usufrui dessa conectividade e é capaz de aprender, criar e inovar, tomando decisões sobre o mundo real mesmo sem consciência ou sentimentos, superando-se a cada dia, porém sem garantias de que mantenha objetivos alinhados com a vida ou a serviço de quem a criou, pela instantaneidade de conclusões e respostas seguidas de ações com potencial irreversível.

Enquanto identificamos a ausência de consciência e sentimentos na inteligência artificial como um risco, o discernimento humano, com capacidade de cooperação — surgido a partir do desenvolvimento de virtudes, da evolução ética e filosófica —, também perde espaço para menores níveis de consciência coletiva e individual, com a opinião pública de democracias culturalmente ricas tornando-se cúmplice das migrações por fome, da miséria infantil, de atentados terroristas, de conflitos religiosos ou de guerras entre potências com poder nuclear.

O mundo se afasta para formar novos blocos ao mesmo tempo em que sociedades internamente se dividem, perdendo a identidade com valores compartilhados pelo senso comum, promovendo a individuação no cultivo de vícios pelo prazer momentâneo, acomodando-se a novos grupos emocionais moldados por modelos algorítmicos e rejeitando o esforço da honestidade intelectual e da virtude.

Justamente em um momento histórico que poderia prover abundância de recursos alimentares, energéticos e tecnológicos suficientes ao bem-estar e à plena evolução humana, o declínio da reflexão ética e filosófica faz aflorar a luta pelo poder em si, em uma corrida tecnológica pela supremacia de uns sobre outros, entregando conforto para a

acomodação emocional de sociedades abastadas, na contramão da superação exigida à inteligência artificial, que evolui retroalimentando-se de informações.

E, nesse cenário de abundância potencial e risco, ao invés de moldarmos políticas públicas por valores e virtudes que resgatem a evolução ética e filosófica, surge, no imaginário das democracias, o caminho mais cômodo de redistribuir esforços e recursos privados da inovação tecnológica para a solução de problemas sociais e ambientais.

No pragmatismo das necessidades imediatas não atendidas, desdenha-se da investigação científica de longo prazo como futilidade e rejeita-se a exploração espacial como desnecessária, propondo o cerceamento da genialidade e a imposição de limites à livre iniciativa movida pela curiosidade humana.

Em uma negação da história, replicamos as críticas de Xântipe, esposa de Sócrates, que clamava por redirecionar os esforços do marido para as necessidades do lar, sem enxergar o valor das ideias que ele produziu 400 anos antes de Cristo. Esquecemos todos os avanços tecnológicos derivados da mera curiosidade humana, apesar das necessidades prementes de seu tempo, subestimando os esforços na astronomia de Aristarco de Samos, 250 anos antes de Cristo, bem como os de Isaac Newton e Albert Einstein.

Alimentamos uma ilusão ao supor que, a partir das descobertas atuais, seria possível refrear a ambição e a competição mundial, optando pela estagnação de alguns dos principais competidores, como se a riqueza gerada em cadeias de inovação continuasse crescendo na obsolescência

distributiva, enquanto regimes totalitários abandonassem a evolução tecnológica como instrumento de poder.

No embate entre urgência e relevância, entre a visão mais individualista, que prega o desfrute do momento, e a visão coletiva e altruísta, que reconhece a vida como um legado de bilhões de anos e se preocupa com o futuro como um sentido eterno, há a necessidade de equilíbrio entre a visão de longo prazo e as necessidades imediatas não atendidas.

Para contextualizar, ao avaliar riscos à vida sob uma perspectiva filosófica, em um passado de 5 bilhões de anos — desde a ausência completa de vida até o surgimento das primeiras formas vivas — e projetando um futuro remoto de 5 bilhões de anos à frente, a ciência demonstra o desaparecimento de todas as formas de vida atuais pela extinção do Sistema Solar.

A ciência projeta também uma provável extinção humana em uma perspectiva de milhões de anos, caso não desenvolvamos tecnologia capaz de lidar com o histórico de colisões de grandes corpos celestes. Contudo, em um horizonte de milhares ou centenas de anos, os conhecimentos científicos atuais já mensuram o esgotamento da capacidade do planeta em suportar o ritmo da degradação de recursos naturais, promovendo condições hostis à maior parte das espécies, por redução ou contaminação de ambientes naturais, intensificando mudanças edafoclimáticas.

Entretanto, no curto espaço de tempo das próximas décadas, o poder tecnológico pulverizado entre todas as formas de inteligência humana e artificial — a primeira com poder político desprovido de limites éticos, e a segunda com algoritmos gerando seus próprios objetivos não conscientes — pode deflagrar um confronto nuclear, químico ou biológico

extinguindo a espécie humana e inúmeras outras formas de vida, restando robôs humanoides para usufruir dos avanços.

Por fim, em uma perspectiva de horas até a próxima refeição, para 670 milhões de pessoas em situação de fome crônica, com milhões de crianças em estado de inanição, a vida se extingue muito antes de qualquer preocupação com o futuro das próximas gerações abastadas, agraciadas com discernimento e poder de definir o uso de recursos e tecnologias, porém desprovidas das virtudes necessárias.

Nesse sentido, não parece possível nem desejável refrear os avanços tecnológicos, mas é possível focar esforços no avanço ético e filosófico, por meio da promoção de virtudes incorporadas a uma cultura viva, confrontando vícios e riscos, com a opinião pública moldando políticas de Estado, para que a ciência frutifique em oportunidades de desenvolvimento humano pleno, gerando recursos abundantes para resolver problemas sociais e ambientais de forma sustentável.

Na iminência de riscos de extinção cada vez maiores, decorrentes do poder destrutivo pulverizado no mundo, é razoável supor que o modelo atual das democracias liberais precisará se readaptar para oferecer respostas firmes e rápidas às novas ameaças.

E, nesse contexto, precisamos enxergar os desafios dos países e dos estados, bem como o papel da sociedade civil organizada, mobilizando a opinião pública pelas redes de informação a partir de valores e princípios que garantam a busca da verdade em uma ordem que não abuse nem se omita em relação a grupos vulneráveis, mas que seja capaz de reconhecer e enfrentar ameaças e agressores potenciais.

Desafios do Brasil e Rio Grande do Sul

O Brasil poderia se tornar uma potência mundial estabilizadora neste cenário instável de conflitos geopolíticos, étnicos e religiosos, em que fóruns de mudanças climáticas pressionam a transição energética, enquanto nações disputam acesso a recursos naturais em meio a populações vulneráveis.

A nação brasileira, que historicamente manteve uma diplomacia neutra e moderadora, com um povo de cultura pacífica, de características tolerantes e acolhedoras, fruto da miscigenação e do sincretismo religioso, e com uma diversidade de etnias que se integraram sem importar conflitos, dispõe de recursos abundantes, como solo, água, biodiversidade e minerais — desde aço e terras raras até matérias-primas fertilizantes.

Uma democracia com capacidade de oferecer segurança alimentar ao mundo de forma sustentável e segurança energética limpa, com 87% de sua matriz composta por fontes renováveis, que dispõe dos minerais críticos para a transição energética e o desenvolvimento tecnológico, mas que precisa de estabilidade interna e de um ambiente favorável para se desenvolver.

Uma nação rica em recursos naturais e econômicos, que em 200 anos evoluiu de preocupações ambientais e sociais até o bem-estar animal, mas que ainda convive com homens e

mulheres puxando carroças no lugar de cavalos — seres humanos que se tornaram invisíveis para a sociedade, pois não existem sequer como desempregados nos censos oficiais, sendo considerados trabalhadores informais, mesmo sobrevivendo do lixo em condições degradantes.

A contradição de um povo que não consegue desfrutar das oportunidades de que dispõe, com políticos dobrando a aposta no caminho errado, forçando uma guerra do “nós contra eles”. Políticos que se recusam a avaliar a qualidade das despesas públicas, postergam a Reforma Administrativa e gastam de forma inconsequente, promovendo desequilíbrio fiscal até gerar inflação e juros elevados para todos.

Com narrativas que sustentam políticas públicas equivocadas e dividem a população, chegamos a um momento em que não conseguimos preencher milhões de vagas de emprego, comprometendo nossa capacidade produtiva e limitando o potencial de arrecadação de impostos mais justos sobre todos, enquanto trabalhadores e empreendedores perdem renda e capacidade de consumo, sobrecarregados por inflação, encargos sobre a folha de pagamento e tributos, fazendo dívidas para manter suas famílias, ao mesmo tempo em que sustentam adultos solteiros e sem filhos no ócio do Bolsa Família.

Um Estado brasileiro que se apropria de quase metade do salário dos trabalhadores na forma de encargos sobre a folha de pagamento — valores que poderiam estar incorporados à renda das famílias, trazendo qualidade de vida —, mas que são drenados para cobrir despesas públicas, mantendo castas de servidores com remunerações acima de cem mil reais mensais, tapando rombos no INSS e prejuízos decorrentes da ineficiência na gestão das políticas públicas.

Um Brasil que aumenta seu endividamento público e privado, pagando juros cada vez mais caros, mas oferece discórdia no lugar de renda e qualidade de vida; que propõe políticas públicas que incentivam a informalidade e o ócio; que estimula a escravidão pelas dívidas na folha de pagamento; que abre espaço para a publicidade de apostas esportivas, comprometendo a saúde emocional de milhões de famílias, enquanto sobrecarrega quem trabalha e produz na legalidade, com impostos, exigências e preocupações.

Trilhamos um caminho que promove vícios no lugar de virtudes, que traz tranquilidade para o crime por meio de normas e interpretações judiciais, enquanto cria insegurança para quem age de boa-fé, com o medo substituindo a confiança e afugentando investimentos, deixando uma percepção de impunidade da corrupção e de liberdade do crime organizado.

Uma democracia fragilizada em seus mecanismos de autocorreção e no equilíbrio entre Poderes, com instituições que se tornaram fiscais tolerantes de seus próprios vícios, sacrificando a verdade em nome da ordem, com uma elite intelectual, política e empresarial que desfruta do caos ao terceirizar o desgaste, materializando as palavras históricas de Rui Barbosa:

“De tanto ver triunfar as nulidades, de tanto ver prosperar a desonra, de tanto ver crescer a injustiça, de tanto ver agigantarem-se os poderes nas mãos dos maus, o homem chega a desanimar da virtude, a rir-se da honra, a ter vergonha de ser honesto.”

Um diagnóstico brasileiro no qual a população perdeu a fé no INSS, não acredita mais que irá se aposentar, mas em que o senso comum se tornou receptivo ao empreendedorismo,

desejando menos burocracia e menos impostos, buscando renda com liberdade de horários e qualidade de vida.

Dores da opinião pública que surgem como um campo fértil, receptivo a valores e princípios, que pode ser cultivado com as melhores ideias, frutificando em um estado de espírito de superação e definindo tendências para um futuro melhor.

E todo esse cenário nos desafia ainda mais no Rio Grande do Sul, pois passamos por uma sucessão de eventos climáticos extremos e precisamos nos reerguer evitando agravar o êxodo, sem perder empresas e o frágil equilíbrio fiscal que tantos sacrifícios nos custou, ainda sobre carregados com uma dívida superior a cem bilhões de reais com a União, historicamente corrigida por juros variáveis, tornando-nos reféns de políticas monetárias nacionais que elevam juros para cobrir ineficiências de gestão.

Mas, em maio de 2024, em meio à dor da tragédia e às perdas irreparáveis, em um país que se dizia polarizado, vimos emergir virtudes de milhares de pessoas que arriscaram a própria vida para salvar desconhecidos e recebemos a solidariedade de mãos estendidas de milhões de brasileiros em apoio às ações de resgate e acolhimento.

Nas necessidades de reconstrução, presenciamos características que definem a prosperidade de uma terra; inspiramo-nos no protagonismo de voluntários no reerguimento da ponte de Nova Roma do Sul e no espírito comunitário que contagiou milhares de lideranças, frutificando em centenas de obras pelo empreendedorismo com associativismo.

Neste novo momento, em que resgatamos virtudes por meio

da cooperação, passamos a enxergar com outro olhar as riquezas do Rio Grande do Sul.

Nossa terra possui abundância de chuvas, ainda que mal distribuídas; um povo de boa índole, vocacionado ao trabalho em cadeias produtivas diversificadas; grandes riquezas minerais — desde reservas de matérias-primas fertilizantes, metais preciosos e titânio até terras raras —, além de enorme capacidade de ampliação das energias renováveis. Grandes parques instalados de energia eólica e fotovoltaica, que, somados às novas indústrias de biocombustíveis, deixam claro nosso potencial como polo exportador de segurança energética, enquanto nossa vocação histórica no agronegócio, com o avanço das tecnologias, o destravamento do armazenamento de água e a irrigação, nos habilita como polo exportador de segurança alimentar.

O exemplo do turismo de excelência na Serra Gaúcha, que se recupera da perda de mobilidade em 2024, começa a se expandir para outras regiões com belezas naturais, riquezas culturais e gastronômicas — como a Quarta Colônia, o Vale do Taquari, os Geoparques, as Missões Jesuíticas e o Litoral e Lagoas —, redefinindo investimentos imobiliários na expectativa de infraestrutura.

O protagonismo dos polos de inovação gaúchos e a excelência dos polos regionais de saúde demonstraram sua resiliência diante da interdição do aeroporto ao longo de 2024, permanecendo como grandes ativos do potencial de desenvolvimento do Estado.

Entretanto, a enchente evidenciou que um futuro promissor ou decadente para o Rio Grande do Sul passa necessariamente

pela conectividade, por nossa capacidade de interagir de forma eficiente com o Brasil, o Mercosul e o mundo, desde a importação e exportação de insumos, tecnologias, fontes de energia e produtos de valor agregado até as conexões necessárias à mobilidade das cadeias de inovação, do turismo e dos investidores.

Atualmente, porém, os gargalos de infraestrutura — com uma ferrovia desconectada do restante do Brasil, obras inacabadas de acesso ao Superporto no Lote 4, e a conexão gaúcha ao Mercosul como o único trecho não duplicado entre Buenos Aires e Fortaleza (BR-290, pista simples entre Uruguaiana e Porto Alegre) —, somados à beligerância ideológica e às ameaças burocráticas aos projetos privados que desejam investir no Estado, pairam como uma tempestade sobre o futuro dos gaúchos e do Brasil.

Diante dessa nova realidade de carências de infraestrutura e de uma sequência de eventos climáticos extremos, que promoveu endividamento no campo e na cidade, público e privado, comprometendo a capacidade futura de arrecadação, o Rio Grande do Sul também necessita de um Fundo Constitucional do Sul, viabilizando e integrando as cadeias produtivas gaúchas, catarinenses e paranaenses a um projeto de Brasil responsável pela segurança alimentar, energética e mineral mundial, com resiliência climática e arrecadatória.

A exemplo dos resgates de maio de 2024, o reerguimento dos gaúchos também ocorrerá pela união com o Brasil, com apoio de políticas de Estado que resgatem nosso desenvolvimento, para que possamos retribuir com a redução das desigualdades regionais e sociais, por meio da geração de riquezas e da arrecadação nacional, recolocando nos trilhos a máquina produtiva gaúcha em favor do País.

MAPA DE AÇÕES

A partir dos diagnósticos, cenários e análises, precisamos mobilizar a opinião pública com valores e princípios que promovam virtudes capazes de construir um Estado próspero, inclusivo e humano, orientado pelos 12 eixos do Mapa de Ações. Trata-se de um caminho sustentável para uma visão de futuro promissor, no qual as pessoas possam voltar a sonhar com uma vida melhor, compartilhando ideias e argumentos que embasam cada escolha, em cooperação, reconhecendo a interdependência da sociedade.

Este Mapa de Ações tem como objetivo organizar prioridades, alinhar vocações regionais e oferecer diretrizes claras para que governos, setor produtivo, academia e sociedade civil possam convergir na construção de políticas públicas e projetos estruturantes. Ao promover um debate qualificado e fundamentado, ampliamos a capacidade de formular soluções duradouras, com responsabilidade fiscal, inclusão social, competitividade produtiva e respeito às gerações futuras.

MOBILIZAÇÃO DA OPINIÃO PÚBLICA 2025/2026

Ambiente de negócios

Riscos ao Trabalho e à Renda
 Enunciados fofas, inflação e juros
 Escavação das dificuldades na CLT
 Desinformalidade/Paritaria
 Desvirtuam, Bolsa Família/Áccio
 BETs
 NR1

Pautas estruturantes

Infraestrutura

Ferrovia Multimodal/Porto
 BR 290
 Bloco 2
 Aeroporto Intern. Vila Oliva
 Hidrovía Porto/Lata
 Gasoduto
 Fundo Constituc. Infraestr.

Segurança Alimentar

Seguro Agrícola
 Crédito novo/p. dívidas
 FIAGRO-RS
 Gestão de Crise no Campo
 Gestão Sanitária

Saúde

Critérios Governança
 Campanha hábitos
 Plano de Saúde: Preventivo
 Campanha pró transplantes
 Players Indúst. Supr./HUB
 Financiamento cruzado SUS/p. planos

Educação

Macroeconomia e Social
 Legislação Penal/Crime Organiz
 Direitos e Garantias individuais/CF
 Código Ambiental p/ Inovação
 Desenvolvimento Ref. Trabalhista
 Limitações Reserva Albarádo
 Revisão Lei Faixa de Fronteira
 Digitalização Pública

Correção Externo

Comércio Externo
 Vale do Taquare
 Quarta Colônia
 Missões resultantes 400 anos
 Geoparques
 Serra
 Moradias
 Entretenimento
 Porto Allegre
 Litoral/Lagoas
 Petróleo Baía Pelotas

Segurança Energética

Segurança Energética
 Calcário
 Fertilizantes fosfatados
 Fertilizantes Nitrogenados
 Mineração de Pedras
 Ouro cobre terras raras
 Xisto Betuminoso e Carvão
 Petróleo Baía Pelotas

Segurança Energética
 Hub Port. Mercosul
 Equiparação tributária RS/SC
 Integração Modal
 Data Centers
 Inovação Setorial
 Interação Tecnológica Exterior
 Megá Sistemas de Baterias

Mineração

Vocações/potenciais
 Obras Migratórias
 Obra de Resistência Climática
 Integração Migrantes
 PPIR
 Saneamento
 Moradias
 Entretenimento
 Litoral/Lagoas

Turismo Integração Cultural

Turismo Integração Cultural
 Vale do Taquare
 Quarta Colônia
 Missões resultantes 400 anos
 Geoparques
 Serra
 Moradias
 Entretenimento
 Porto Allegre
 Litoral/Lagoas

Qualidade de vida

Manifesto Empreendedor Gaúcho
 Uma visão de 2035

Oportunidades para todos

ORGANOGRAMA – MAPA DE AÇÕES

Os três primeiros eixos tratam da construção de um ambiente favorável para trabalhar e produzir, multiplicando oportunidades e riquezas que geram a arrecadação necessária para enfrentar problemas sociais e ambientais. Apresentam uma crítica que evidencia contradições e desvirtuamentos de políticas públicas que, em vez de atingirem os objetivos propostos, acabam por agravar problemas e se afastar da busca pelo bem comum.

Os quatro eixos intermediários abordam pautas estruturantes para um projeto de Estado, conectando os desafios de infraestrutura aos da produção agropecuária de alimentos, com responsabilidade pela segurança alimentar brasileira e mundial, além de constituírem o motor econômico da indústria, do comércio e dos serviços. Tratam, ainda, de problemas crônicos na gestão da saúde e da educação gaúchas, que limitam o potencial do Estado na formação e na atração de talentos.

Os cinco eixos da base tratam das limitações e dos desafios às vocações e aos potenciais de que dispomos em nossa terra, em uma visão integrada com os sete primeiros eixos, como forma de potencializar oportunidades, postos de trabalho e novos negócios, promovendo aumento orgânico na geração de riquezas e na ampliação da arrecadação, sem sobrecarregar ainda mais a classe produtiva, buscando equilíbrio fiscal com capacidade de investimento e amortização da dívida pública.

I - Riscos ao Trabalho e à Renda

O resgate da dignidade de quem trabalha e gera riquezas

- ◆ Encargos sobre a Folha de Pagamento, Inflação e Juros
- ◆ Escravidão das Dívidas na CLT
- ◆ Informalidade e Pirataria
- ◆ Desvirtuamento das Políticas Sociais – Bolsa Família e Ócio
- ◆ BETs
- ◆ NR-1

O Brasil foi construído com suor, trabalho e responsabilidade. Hoje, porém, quem quer trabalhar e produzir sente que o sistema joga contra.

Algo se perdeu quando o salário não chega ao fim do mês, quando contratar virou risco e quando trabalhar formalmente parece menos vantajoso do que não trabalhar. Isso não é acaso. É resultado de escolhas erradas que precisam ser ditas com clareza — para a Dona Maria, o Seu João, o jovem que busca o primeiro emprego, para quem acorda cedo, trabalha, empreende e sustenta o Rio Grande do Sul e o Brasil.

Em termos de Brasil, uma ilusão vendida dentro de nossas casas — as chamadas bets — não é investimento. Trata-se de um aspirador de dinheiro que tira o pão da mesa das famílias, alimenta o vício e exporta riqueza para fora do país.

O que agrava ainda mais esse problema é a publicidade

agressiva, que invade celulares, transmissões esportivas e até a rotina das crianças.

Assim como aprendemos, ao longo do tempo, que a propaganda de cigarro precisava ser severamente restrita para proteger a saúde pública, também precisamos enfrentar a publicidade das apostas. Não se trata de proibir escolhas individuais, mas de impedir que o vício seja promovido como diversão ou falsa oportunidade de ganho fácil. Regras duras contra a propaganda das bets significam proteger famílias — e isso é mais importante do que arrecadar impostos. Como sociedade, não podemos admitir a promoção de vícios corroendo virtudes e minando a coesão social nas famílias, no trabalho e nos estudos.

Ao mesmo tempo, criou-se no país uma verdadeira indústria do medo para quem deseja gerar empregos. Regras confusas, como as da NR-1, permitem punições subjetivas e afastam o pequeno empreendedor da contratação. Quando o empresário tem medo, a vaga não nasce — e quem perde é o trabalhador. Proteção ao trabalhador, sim. Armadilhas burocráticas, não.

Somado a isso, vivemos uma escravidão moderna feita de impostos elevados, juros altos e crédito mal estruturado. O trabalhador trabalha 30 dias, mas recebe metade do salário, pois o restante é absorvido pelo Estado, nos encargos sobre a folha, e pelo sistema financeiro, nos juros abusivos. Para fechar o mês, milhões recorrem ao empréstimo — e é aí que a armadilha se fecha.

Os empréstimos oferecidos ao trabalhador, especialmente o consignado em folha de pagamento proposto

pelo governo federal em 2025, não resolvem o problema: eles o agravam. Empurram a dívida para frente, com juros elevados que consomem o salário antes mesmo de ele chegar à conta. O que deveria ser socorro transforma-se em dependência permanente.

Trabalhadores, muitas vezes sem educação financeira adequada, tornaram-se vítimas de armadilhas que os acompanham por toda a vida laboral, presos a contratos que seguem vinculados a qualquer emprego formal que consigam, numa espécie de “escravidão moderna por dívidas”. Um sistema no qual o próprio governo incentivou o indivíduo a abrir mão de sua capacidade de renegociação, em benefício do sistema financeiro e em prejuízo dos mais vulneráveis.

O caso mais perverso é o uso do FGTS como garantia. Um recurso que deveria proteger o trabalhador em momentos difíceis transforma-se em âncora. Compromete-se o futuro para pagar o presente, perde-se margem de manobra pagando juros sobre um dinheiro que já é do trabalhador, e instala-se um ciclo de endividamento crescente. Isso não é inclusão financeira. É aprisionamento.

O Bolsa Família, que nasceu como uma política louvável de combate à fome e amparo aos mais vulneráveis, foi sendo desvirtuado por sucessivos governos, especialmente em períodos eleitorais, até o ponto de classificar jovens adultos sem filhos como famílias unipessoais, inclusive em regiões com abundância de vagas de emprego não preenchidas.

O auxílio, que deveria garantir dignidade em momentos difíceis — como uma mão estendida em uma escada para subir na vida —, virou âncora. O sistema pune quem assina a carteira e recompensa a dependência. Isso não é justiça social.

Trabalhar precisa ser sempre melhor do que depender do Estado. Queremos cidadãos livres, dignos e autônomos, não reféns de dívidas, vícios ou políticas mal desenhadas.

Todo esse conjunto de políticas públicas equivocadas empurra um enorme contingente de trabalhadores e empreendedores para a informalidade, tentando sobreviver de auxílios sociais, sem que seu trabalho contribua para a arrecadação, numa economia à margem da legislação, onde a pirataria e a sonegação florescem, protegidas da fiscalização pelo efeito manada.

II – Segurança Física e Jurídica

O direito de viver e produzir em paz

- ◆ Legislação Penal e Crime Organizado
- ◆ Direitos e Garantias Individuais nas Cláusulas Pétreas da Constituição Federal
- ◆ Desvirtuamento da Reforma Trabalhista
- ◆ Código Ambiental Pró-Irrigação
- ◆ Limitações Potenciais da Reserva do Albardão
- ◆ Revisão da Lei da Faixa de Fronteira

Segurança não é apenas polícia. Segurança é previsibilidade. É saber que a regra não mudará no meio do caminho, que a lei protege quem age corretamente e que o crime não compensa.

Infelizmente, tanto os crimes violentos quanto o crime organizado avançam sobre negócios tradicionais, impulsionados pelo abrandamento na interpretação da lei e pela percepção de impunidade, mesclando-se cada vez mais com práticas de corrupção que precisam ser enfrentadas com maior rigor legal. Casos recorrentes de criminosos violentos — inclusive assassinos em série — presos com risco à vida de policiais e liberados antes do cumprimento da pena mínima prevista em lei corroem a confiança da população no sistema de Justiça.

Na proteção dos agentes de segurança, é necessário expandir o exemplo bem-sucedido da legislação PSEG,

aproveitando o período anterior à Reforma Tributária, sem a exigência de contrapartida de 10% das empresas, de modo a viabilizar rapidamente investimentos expressivos em equipamentos e tecnologia — desde escadas mecânicas para o Corpo de Bombeiros, distribuídas nos principais polos regionais, até viaturas blindadas e soluções avançadas de inteligência no combate ao crime organizado.

Atualmente, testemunhamos, em outros estados, vastas áreas urbanas controladas pelo crime organizado, com decisões judiciais que restringem o acesso policial e a atuação do Estado. São exemplos de problemas agravados por políticas públicas equivocadas, que se esquivam de enfrentar as causas na origem, permitindo que cresçam até explodirem em clamor público por operações de guerra.

Em sentido inverso, no Rio Grande do Sul, precisamos refletir sobre a forma como órgãos do Estado abordam empresários e produtores formalmente estabelecidos, muitas vezes tratados como criminosos em operações de fiscalização. Empreendedores que agem de boa-fé, trabalhando intensamente para fazer o certo, acabam intimidados por forças-tarefa que, em vez de orientar e promover o interesse público, medem seus resultados pela severidade das autuações divulgadas nos meios de comunicação.

O Rio Grande do Sul é um estado cujo serviço público se destaca. Embora enfrente, por vezes, excessiva beligerância ou divergência ideológica, raramente convive com grandes escândalos de corrupção. Ainda assim, é preciso refletir sobre operações de fiscalização comumente denominadas “forças-tarefa”, nas quais agentes de diferentes autarquias realizam inspeções surpresa, sob o pretexto de garantir

segurança sanitária, ordem pública ou conformidade trabalhista e ambiental.

Embora legitimadas por objetivos relevantes — como a proteção da saúde pública, do meio ambiente e do trabalhador —, essas incursões assumem, por vezes, caráter bélico, amparadas por grande contingente policial e fiscais de órgãos como Procon, Vigilância Sanitária e Ministério Público. É necessário distinguir com clareza infrações graves, que envolvem má-fé ou riscos reais à população, de pequenas falhas operacionais facilmente sanáveis por orientação técnica ou de impacto insignificante no contexto real. O bom senso precisa retornar à relação entre o Estado, os cidadãos e os contribuintes.

Não é razoável exigir infalibilidade humana no cumprimento de 100% das normas, sobretudo quando muitas delas não implicam riscos efetivos ou prejuízos potenciais.

A queda na qualidade do ensino público e o absenteísmo escolar vêm formando analfabetos funcionais, adultos que precisam ser qualificados no próprio ambiente de trabalho para aprender noções básicas de organização, disciplina e capricho, em meio a milhares de normas e resoluções — algumas necessárias, outras excessivas ou inócuas —, todas igualmente exigidas dos estabelecimentos produtivos.

O mesmo Estado que falhou em oferecer ensino público de qualidade exige da iniciativa privada níveis de excelência muito superiores à formação que proporcionou, responsabilizando criminalmente empreendedores por pequenos erros cometidos por funcionários durante o processo de aprendizado que lhes foi negado pelo poder público.

Precisamos repensar o objetivo maior das fiscalizações, para que a aplicação da lei e a atuação dos órgãos públicos estejam alinhadas ao propósito que as justifica.

A título de reflexão, tratar com leniência crimes violentos que tiram vidas humanas, enquanto se aplica rigor extremo à iniciativa privada — com criminalização, autuações e destruição de reputações construídas ao longo de décadas em uma única fiscalização —, equivale a exigir concursos anuais de todos os servidores públicos, com 100% de acerto como condição para manutenção do cargo. Não seria razoável — assim como não é razoável penalizar o cidadão de bem enquanto se tolera o crime.

É fundamental reconhecer e valorizar os negócios formais como essenciais à arrecadação que sustenta o Estado. Isso exige equilíbrio, cooperação e bom senso.

O reconhecimento da interdependência entre trabalhadores, empresas e Estado — que precisa de ordem, mas depende da iniciativa privada para gerar arrecadação e sustentar serviços públicos — deve favorecer posturas cooperativas, orientação em lugar de autuações punitivas e estímulo a boas práticas, promovendo evolução coletiva em vez de destruição seletiva.

No campo, vivemos a contradição de um estado onde chove, mas a lavoura morre de sede por causa da burocracia. Animais domésticos e silvestres padecem pela falta de água; produtores rurais se endividam mesmo trabalhando de sol a sol; e o próprio Estado perde arrecadação por não viabilizar a irrigação. Tudo isso em razão de uma interpretação excessivamente restritiva e punitiva de um emaranhado de normas ambientais.

Em um momento dramático do Rio Grande do Sul, marcado por sucessivos eventos climáticos extremos que inviabilizaram bons pagadores, assistimos, com dor, ao aumento de suicídios entre agricultores familiares, jovens pais de família que não conseguiram vislumbrar uma saída. Tragicamente, o mesmo Estado que não conseguiu socorrer com políticas públicas eficazes intensificou fiscalizações em meio à crise, agravando o desespero.

Essa interpretação ambiental excessivamente punitiva não protege a natureza. Pelo contrário: encarece os alimentos, condena famílias à instabilidade e compromete a arrecadação necessária para enfrentar os próprios problemas ambientais e sociais.

Surge também um alerta quanto à proposta de criação de uma reserva ambiental no Albardão. Considerando o histórico de demarcações no Rio Grande do Sul, é preciso cautela para que iniciativas bem-intencionadas não se tornem novos obstáculos intransponíveis ao desenvolvimento sustentável em terra e no mar, atrasando projetos de energia eólica, inviabilizando o potencial de petróleo na Bacia de Pelotas, comprometendo o acesso marítimo ao Superporto do Rio Grande ou afastando investimentos estratégicos na Zona Sul.

Em um mundo cada vez mais fragmentado, a Lei da Faixa de Fronteira tornou-se exemplo de norma bem-intencionada que produziu efeitos opostos aos desejados, gerando decadência e retrocesso. Leis antigas tratam investidores como inimigos, bloqueando indústrias, florestas produtivas e desenvolvimento. A fronteira precisa ser ponte entre irmãos sul-americanos, não muro. Isolar o gaúcho do progresso não protege ninguém — apenas empobrece a região.

Para superar essa cultura beligerante e litigante, precisamos de uma interação sensata entre o público e o privado, por meio de um modelo de conselho reduzido, no qual ouvidorias, órgãos de Estado e representantes da sociedade civil organizada possam debater a evolução das abordagens e fiscalizações, aprimorar normas e resoluções e alinhar protocolos aos seus propósitos. Assim, construiremos uma cultura institucional baseada na cidadania, na cooperação e na boa-fé objetiva..

III - Macroeconomia e Social

Respeito com o seu dinheiro

Você sabe por que o dinheiro nunca sobra no fim do mês e o serviço público não melhora?

Porque existe uma máquina que gasta mal o seu imposto.

- ◆ Reforma Administrativa
- ◆ Reforma Tributária
- ◆ Emendas PIX
- ◆ Orçamento Obrigatório
- ◆ Política Monetária do Banco Central
- ◆ Equilíbrio Fiscal Nacional e Gaúcho / Dívida Pública do RS
- ◆ Digitalização Pública no RS

A política monetária do Banco Central acaba sendo reflexo de uma boa ou má gestão dos governos. A autonomia e o profissionalismo da instituição funcionam como amortecedores da insensatez de políticas públicas em anos eleitorais, quando governantes gastam mais do que arrecadam, se endividam e geram inflação, obrigando o Banco Central a cumprir seu papel por meio da elevação dos juros para conter a alta de preços.

Na ausência de uma Reforma Administrativa prévia, que enxugasse excessos da máquina pública, a Reforma Tributária — que deveria ser simples e justa — assumiu uma transição longa e complexa, abrindo espaço para o aumento da carga

tributária como solução para a ineficiência na gestão pública, em uma sequência de elevações de impostos.

Em uma visão de longo prazo, na qual as contas dos serviços públicos não se sustentam, e em tempos de inteligência artificial, precisamos de um grande mutirão de digitalização de processos, simplificando e automatizando etapas que permitam valorizar e qualificar a máquina pública com um número menor de servidores, bem remunerados e vocacionados para entregar resultados.

A Reforma Administrativa, baseada em critérios que valorizem resultados e promovam o interesse público, com melhoria de processos por meio da tecnologia e revisão de privilégios de uma elite do funcionalismo, permitiria reduzir a carga tributária sobre toda a sociedade brasileira. Isso geraria maior capacidade de consumo, impulsionando uma economia mais saudável, com ganhos de produtividade, melhor infraestrutura e serviços públicos de maior qualidade.

Da mesma forma, não podemos aceitar bilhões de reais em emendas sem projeto, sem critérios claros e sem fiscalização efetiva. A sociedade civil organizada precisa de acesso transparente às informações para cumprir seu papel na definição de prioridades do uso dos recursos públicos. Tampouco é razoável continuar acobertando ineficiências crônicas na gestão da educação e da saúde, protegidas por um orçamento obrigatório que força gastos de baixa qualidade apenas para cumprir metas legais, esgotando recursos essenciais para outras políticas igualmente urgentes e amarrando a capacidade de gestão dos governantes eleitos.

Na busca pelo equilíbrio fiscal, a dívida pública do Rio Grande do Sul com a União paira como uma tempestade sobre o futuro dos gaúchos. Em um país no qual a classe produtiva já está excessivamente sobrecarregada por impostos, além de renegociar essa dívida em bases sustentáveis, é indispensável melhorar o ambiente de negócios, atrair investimentos, gerar riquezas e ampliar a arrecadação como forma de amortecer o peso da dívida sem comprometer serviços públicos e investimentos.

Nesse mesmo sentido, com a Reforma Tributária, precisamos dar atenção especial à transição para o novo modelo (CBS/IBS). O Rio Grande do Sul deve evitar que a reforma se traduza em perda de caixa para o Estado e aumento do custo de conformidade para quem produz, atuando de forma imediata em três frentes:

Devolução célere dos saldos credores de ICMS, com um plano de liquidez e previsibilidade que libere capital de giro atualmente “preso” no Estado, de maneira transparente e racional;

Devolução e regularização dos estoques de Substituição Tributária (ST), com um plano que evite a formação de passivos silenciosos para os contribuintes e reduza litígios;

Racionalização das obrigações acessórias durante a transição, evitando a criação de novas declarações, cruzamentos excessivos e custos adicionais, com autuações por meras inconsistências formais.

O Rio Grande do Sul precisa liderar um compromisso real de simplificação, com:

I - consolidação de obrigações redundantes em uma única escrituração ou declaração;

II - reaproveitamento de dados já existentes (NF-e, pagamentos e cadastros);

III - orientação prévia e correção assistida antes da aplicação de penalidades por erros formais, priorizando o combate a fraudes e desvios relevantes.

Para enfrentar adequadamente a transição tributária, é fundamental a criação de um Grupo de Trabalho público-privado no Rio Grande do Sul, capaz de monitorar impactos, propor ajustes e garantir previsibilidade, segurança jurídica e competitividade para quem produz.

IV - Infraestrutura

- ♦ Fundo Constitucional do Sul
- ♦ Integração Multimodal Ferroviária com Portos
- ♦ BR-290
- ♦ Bloco 2
- ♦ Aeroporto Internacional de Vila Oliva
- ♦ Integração Hidroviária / Superporto / Lote 4
- ♦ Gasodutos

Em um país cuja carga tributária já supera um terço do PIB, a guerra fiscal entre os estados estimula a ineficiência operacional, com cargas transitando por longas distâncias apenas para justificar benefícios fiscais.

Com a consolidação da Reforma Tributária, a infraestrutura passa a ser um dos principais diferenciais na atração e no estímulo a novos investimentos e negócios, bem como na promoção da qualidade de vida capaz de atrair fluxos migratórios e turismo. Além de garantir arrecadação sobre o consumo, uma infraestrutura eficiente traz racionalidade na utilização dos recursos disponíveis, com redução de custos ambientais, econômicos e sociais.

O diagnóstico aponta uma curta janela de tempo para resolver gargalos e entraves logísticos, evitando o agravamento da concentração demográfica no Sudeste e em estados vizinhos, que gera vazios populacionais em outras regiões do País.

Para assegurar aos estados das extremidades as condições mínimas de competitividade na disputa por investimentos alinhados às suas vocações e potenciais, emerge a necessidade de um Fundo Constitucional do Sul, capaz de integrar a infraestrutura da região a um projeto nacional voltado à segurança alimentar, energética e mineral, garantindo equidade nos subsídios para financiar a expansão da energia eólica e da irrigação.

Com uma dívida superior a cem bilhões de reais com a União, cujos pagamentos foram temporariamente suspensos em razão da tragédia climática, o Rio Grande do Sul não conseguirá recuperar sua capacidade de pagamento sem enfrentar o sufocamento histórico de sua infraestrutura — fator determinante no êxodo de setores econômicos inteiros e na redução acelerada da população do Estado.

É urgente o resarcimento financeiro pelo desmantelamento histórico de mais da metade da malha férrea gaúcha decorrente da concessão federal, para que o trecho volte a despertar interesse de investidores e permita o restabelecimento da conexão ferroviária do Rio Grande do Sul com o restante do Brasil. Da mesma forma, é urgente destravar a ampliação do potencial energético gaúcho, assegurando autonomia na geração, sem dependência de suprimento externo.

A FEDERASUL, que historicamente defende concessões, privatizações e parcerias público-privadas como instrumentos de desenvolvimento sustentável, desde que atendam ao interesse público, manifestou-se contrária a qualquer renovação contratual com a concessionária RUMO. A empresa é percebida como responsável pelo desmantelamento e pela decadência do modal ferroviário, que teve a movimentação

de cargas reduzida de 14 milhões de toneladas, em 2011, para apenas 3 milhões, em 2021, após a desativação de mais da metade da malha concedida. Após a tragédia climática, a concessionária passou, inclusive, a remover trilhos no Rio Grande do Sul para utilização em outros estados.

Diante do crescimento anual da produção agrícola brasileira, o resgate de uma integração ferroviária competitiva, conectando o Centro-Oeste aos portos do Sul — especialmente ao Superporto do Rio Grande, que possui condições naturais únicas de calado para navios de grande porte —, permitiria escoar a produção sem os gargalos, filas e multas por demurrage nos portos do Sudeste. Isso favoreceria a livre concorrência no transporte, abasteceria as cadeias de proteína animal do Sul e viabilizaria a importação de fertilizantes no retorno dos vagões.

Na mesma linha, impõe-se a necessidade de conceder a duplicação da BR-290, no trecho entre Uruguaiana e Porto Alegre — o único ainda não duplicado entre Buenos Aires e Fortaleza. Trata-se de obra que exige um modelo de concessão patrocinada, com apoio do Fundo Constitucional do Sul, viabilizando intervenções rápidas que resgatem um atraso histórico, a exemplo do modelo proposto na concessão estadual do Bloco 2, com recursos do FUNRIGS a partir de 2026.

A urgência do Bloco 2 tornou-se ainda mais evidente para lideranças do Vale do Taquari, região rica em diversidade produtiva, cultural, étnica e gastronômica, com elevado potencial turístico, mas historicamente sufocada por gargalos viários e fortemente atingida pela tragédia climática. O reerguimento por meio de um novo modelo de concessão

patrocinada pode destravar rapidamente os nós logísticos, com resiliência a eventos extremos e forte impacto positivo na geração de riquezas.

A competitividade logística do Rio Grande do Sul nas próximas décadas dependerá da capacidade de integrar seus modais de transporte de forma eficiente, resiliente e ambientalmente sustentável, tendo o Superporto do Rio Grande como eixo central de conexão com o Brasil, o Mercosul e o mundo. A superação dos gargalos históricos exige uma visão sistêmica que trate ferrovia, rodovia, hidrovia e porto como partes indissociáveis de uma mesma infraestrutura estratégica.

A convergência entre ferrovia e hidrovia, conectadas a terminais portuários modernos, permitirá reduzir a dependência excessiva do modal rodoviário, aumentar a resiliência frente a eventos climáticos extremos e recuperar competitividade frente a outros estados. Trata-se de uma escolha estratégica sobre o papel do Rio Grande do Sul na segurança alimentar, energética e comercial do Brasil.

A hidrovia entre Rio Grande e o Complexo de Triunfo é vital para a operação do polo petroquímico. Ela integra o próprio processo produtivo, pois grande parte da produção precisa ser transferida para os tanques de Rio Grande para garantir a continuidade da produção. Qualquer obstrução ao longo do curso pode levar à paralisação das indústrias de Triunfo.

A Portos RS, o Governo do Estado e as empresas usuárias celebraram a dragagem integral dos canais estratégicos da hidrovia — um marco histórico, já que a atividade não era realizada de forma completa há cerca de 40 anos.

Com a ampliação do uso da hidrovia, inclusive como alternativa para o transporte de gás natural da Argentina, esse modal torna-se ainda mais estratégico, reforçando a necessidade de políticas públicas voltadas à manutenção e à ampliação de sua operação.

Nesse sentido, a intensificação do uso do potencial hidroviário interno do Estado — a exemplo do modelo bem-sucedido de incentivo à aviação regional, por meio de subsídios tributários ao querosene de aviação — demanda políticas públicas estaduais e federais que tornem as rotas hidroviárias competitivas, com custos efetivamente atrativos por tonelada transportada.

O aeroporto de Vila Oliva consolidou-se como a melhor alternativa técnica para garantir regularidade de voos e ampla conectividade, potencializando a Serra Gaúcha após os prejuízos causados pela interdição do Aeroporto Salgado Filho, evidenciando a necessidade de um segundo aeroporto internacional de grande porte no Estado.

Na infraestrutura energética, o gasoduto Bolívia-Brasil (Gasbol) apresenta limitações de vazão para expansão futura, configurando um obstáculo de médio e longo prazo ao crescimento do uso do gás natural. É necessária uma avaliação estratégica dessa infraestrutura, com definição de política pública para a duplicação do Gasbol até o Rio Grande do Sul, ampliando a capacidade de atração de novos investimentos industriais.

A oportunidade de conexão com o gasoduto argentino, no trecho entre Uruguaiana e Porto Alegre, é igualmente estratégica. A região de Vaca Muerta, na Patagônia, abriga

a segunda maior reserva mundial de gás e petróleo não convencional, com extração em expansão e custos decrescentes. Para o Rio Grande do Sul, essa conexão significaria maior competitividade petroquímica, redução de custos energéticos, fortalecimento industrial e atração de investimentos para a industrialização da faixa de fronteira da metade sul — região historicamente deprimida em indicadores de desenvolvimento humano.

A adoção de uma política de Estado brasileira, em articulação com o Governo da Argentina, para concluir o pequeno trecho de gasoduto faltante até Uruguaiana — envolvendo também o interesse da concessionária brasileira TSB e a conexão com o centro do País — traria resiliência estratégica nas negociações de fornecimento, ao posicionar o gás argentino como alternativa ao gás boliviano, e vice-versa.

V - Segurança Alimentar

- ◆ Irrigação
- ◆ Seguro Agrícola
- ◆ Fundo Garantidor do Agronegócio para Endividamento Rural Climático
- ◆ FIAGRO-RS
- ◆ Gestão da Crise Agropecuária
- ◆ Gestão Sanitária

A histórica vocação do Rio Grande do Sul para o agronegócio, aliada à evolução tecnológica, habilita o Estado como polo exportador de segurança alimentar sustentável. O avanço da agricultura de precisão viabiliza a diversificação e a expansão produtiva com soja, milho e pastagens irrigadas em terras baixas, em rotação com áreas antes exclusivas do arroz irrigado, otimizando recursos hídricos já outorgados em extensas áreas ambientalmente licenciadas, por meio da substituição da irrigação contínua pela irrigação intermitente.

Em um Estado historicamente castigado por estiagens, mas que dispõe de abundância de chuvas mal distribuídas ao longo do ano, no qual as safras de grãos constituem o principal motor econômico da indústria, do comércio e dos serviços, a ampliação da área irrigada de 1,3 milhão para 4 milhões de hectares — pulverizada entre milhares de produtores rurais — representaria um patamar mínimo de estabilidade produtiva. Isso garantiria fluxo de caixa nas propriedades, viabilizando a gestão de crises, melhorando a capacidade de crédito dos agricultores e trazendo resiliência econômica para todos os

setores produtivos dependentes da safra de grãos, além de maior previsibilidade arrecadatória para os governos.

A estabilidade produtiva proporcionada pela irrigação em diferentes culturas rotacionadas confere maior previsibilidade ao negócio rural, favorecendo uma gestão profissional baseada em projeções econômicas. Essa previsibilidade permite regular, de forma orgânica, crises de preços do arroz decorrentes de desequilíbrios entre oferta e demanda, uma vez que o agricultor passa a contar com alternativas produtivas irrigadas, reduzindo a exposição exclusiva às culturas de sequeiro.

Na irrigação das terras altas, ganha força o debate sobre os benefícios socioambientais da acumulação de recursos hídricos por meio de novas barragens. Com a evolução legislativa e interpretativa, facilitando a implantação de reservatórios pela substituição e ampliação de áreas de preservação com matas ciliares nas margens das barragens, seria possível assegurar que as Áreas de Preservação Permanente (APPs) não sofram escassez hídrica, preservando espécies da fauna ameaçadas nos ciclos severos de estiagem.

Entretanto, o Rio Grande do Sul passou uma década discutindo, em ação civil pública, a interpretação da reserva legal e do uso de áreas já consolidadas para a produção de alimentos, em descompasso com o restante do País. Perdeu-se, assim, a oportunidade de antecipar em dez anos a expansão sustentável da área irrigada. Mais grave ainda, perdeu-se um período de juros baixos e elevada disponibilidade de crédito, quando produtores estavam capitalizados e havia recursos públicos para financiar a agricultura de baixo carbono. Após anos de litigância jurídica, a discussão foi encerrada em meio a

uma sequência de eventos climáticos extremos, com produtores endividados e sem capacidade de investir em irrigação sem o apoio de políticas públicas emergenciais.

Não fosse esse atraso, em 2026 o Estado poderia ser referência em política ambiental inclusiva, reduzindo impactos ambientais por meio da estabilidade produtiva da irrigação, do amortecimento de cheias proporcionado pelas barragens e da redução dos custos de produção de alimentos, contribuindo para a segurança alimentar mundial em um cenário em que mais de 670 milhões de pessoas vivem em situação de fome crônica.

Defender irrigação e armazenamento de água é defender comida na mesa e vida no interior. Em um mundo que caminha para conflitos com potencial de extinção por disputas de recursos naturais, com populações vulneráveis privadas de dignidade mínima, o princípio da precaução exige celeridade na adoção de soluções ambientalmente responsáveis, socialmente justas e economicamente viáveis, capazes de gerar abundância onde há escassez.

Nesse contexto, considerando o aumento do poder aquisitivo de grandes populações na Ásia e a consequente elevação da demanda por proteína animal, torna-se estratégica a agregação de valor ao agronegócio gaúcho. Contudo, a crise nas cadeias produtivas de proteína animal — agravada por deficiências logísticas, desigualdades tributárias e sucessivas estiagens — compromete a competitividade do Estado.

O encolhimento progressivo das cadeias produtivas de frango, suínos e leite, baseadas majoritariamente na integração de agricultores familiares, representa risco elevado de êxodo rural, aumento das desigualdades regionais e sociais, além da

perda de importantes setores de agregação de valor e arrecadação.

Diante desse cenário, torna-se urgente o resgate das cadeias produtivas da proteína animal por meio de políticas públicas emergenciais, antes que a perda dessa riqueza se torne irreversível, comprometendo estratégias de longo prazo voltadas ao atendimento da crescente demanda mundial por alimentos.

Após a ruptura da estabilidade produtiva causada pela sequência de eventos climáticos extremos, e diante do atraso histórico na implementação de uma política estadual de irrigação, serão necessárias políticas públicas robustas de seguro agrícola, refinanciamento de dívidas e a criação de um Fundo Garantidor do Agronegócio, capaz de restabelecer a capacidade de crédito dos produtores. Trata-se de assegurar que agricultores tecnicamente competentes, vítimas de uma conjuntura sem precedentes, possam recuperar sua capacidade de pagamento e investir na retomada da produção.

Há, portanto, a necessidade de um amplo mutirão de enfrentamento da crise agropecuária, resgatando o principal motor da economia do Rio Grande do Sul por meio de uma política de Estado. Essa política deve ser coordenada pela Secretaria da Agricultura, com participação ativa da área ambiental, integrando órgãos públicos e a sociedade civil organizada. Um movimento que parta da capital e alcance cada município do interior, mobilizando lideranças regionais e locais — como deputados estaduais e vereadores —, despertando a opinião pública para o papel de cada ator no resgate do futuro de nossa terra.

VI - Saúde

Dinheiro público precisa gerar valor público.

- ◆ Critérios de Governança na Distribuição de Recursos Públicos
- ◆ Campanha de Esclarecimento de Hábitos de Saúde Preventivos
- ◆ Plano de Saúde Preventivo
- ◆ Campanha Pró-Transplantes
- ◆ HUB de Saúde com Players da Indústria de Suprimentos e Inovação
- ◆ Financiamento Cruzado nos Hospitais Filantrópicos entre SUS e Planos Privados

A saúde será, até 2035, um dos principais fatores de competitividade econômica, estabilidade social e sustentabilidade fiscal do Rio Grande do Sul. Em um Estado que envelhece rapidamente, com crescimento das doenças crônicas, restrição orçamentária e pressão crescente sobre o sistema hospitalar, insistir em modelos ineficientes não é uma opção. Precisamos de políticas públicas que integrem serviços e tecnologia, com menos burocracia e maior racionalidade, para viabilizar uma saúde de qualidade para todos.

O setor da saúde representa cerca de 9% do PIB brasileiro, é um dos maiores empregadores formais e concentra parcela relevante da inovação tecnológica. Trata-se, portanto, de um ecossistema estratégico para a economia e para o ambiente empresarial. Ao mesmo tempo, enfrenta um modelo de financiamento fragmentado, baixa eficiência na alocação de recursos públicos e pressão crescente sobre os hospitais

filantrópicos — responsáveis por parcela significativa da assistência do SUS no Estado.

Atualmente, mais de 75% dos gastos em saúde estão associados a doenças crônicas evitáveis, enquanto estudos do próprio setor público indicam que ineficiências de gestão consomem entre 20% e 30% dos recursos disponíveis, sem ganho proporcional em qualidade assistencial. O resultado é um sistema pressionado, hospitais fragilizados e uma sociedade que paga a conta duas vezes: como contribuinte e como usuária. Precisamos apostar em soluções que atendam empresários e trabalhadores, garantindo segurança em saúde e atendimento dentro de padrões adequados.

Diante desse cenário, é imprescindível uma agenda estruturante para a saúde, baseada em governança, prevenção, inovação, sustentabilidade econômica e visão de longo prazo.

Critérios de Governança na Distribuição de Recursos Públicos

Nenhum recurso público da saúde deveria ser distribuído sem critérios claros de governança, gestão e qualidade. O financiamento público precisa ser indutor de eficiência — e não mantenedor de estruturas ineficazes.

No Rio Grande do Sul, é recorrente a perda ou o mau aproveitamento de recursos por falhas de gestão em determinadas instituições, enquanto aquelas que efetivamente entregam resultados deixam de receber financiamento compatível com os serviços prestados.

Estudos do Ministério da Saúde e do Tribunal de Contas da União indicam que ineficiências de gestão podem consumir entre 20% e 30% dos recursos da saúde sem impacto positivo na assistência. Vincular financiamento a desempenho é essencial para elevar a eficiência do gasto público e melhorar os desfechos assistenciais.

Hospitais e prestadores que acessam recursos públicos devem comprovar:

- gestão profissionalizada;
- transparência financeira;
- indicadores assistenciais e de segurança do paciente;
- protocolos clínicos e compliance regulatório.

Essa lógica permite assegurar que cada real investido na baixa, média e alta complexidade gere resolutividade comprovada, possibilitando a comparação de indicadores de efetividade entre instituições públicas, filantrópicas e privadas, identificando as melhores relações custo-benefício.

Não há gestão sem indicadores confiáveis. Recursos públicos distribuídos por critérios subjetivos podem mascarar baixa resolutividade, alto custo por paciente e desperdício, comprometendo instituições eficientes e a própria sustentabilidade do sistema.

A criação de critérios objetivos de gestão, qualidade e resolutividade induz meritocracia institucional e fortalece o papel do Estado. Não podemos continuar simulando atendimento enquanto cidadãos percorrem o Estado em ambulâncias e o dinheiro público é gasto duas vezes.

Experiências nacionais e internacionais demonstram que modelos de financiamento baseados em desempenho melhoram resultados clínicos, reduzem desperdícios e ampliam a confiança da sociedade.

À semelhança do sucesso do PSEG na segurança pública gaúcha, ainda durante a transição da Reforma Tributária, é necessário permitir e incentivar a destinação de até 5% do ICMS devido pelas empresas, sem exigência de contrapartida, para investimentos em equipamentos e infraestrutura dos hospitais filantrópicos que sustentam o SUS. Essa medida aumenta a eficiência das compras públicas e fortalece o controle social da saúde, premiando serviços de qualidade e estimulando uma competição saudável por melhores resultados.

Campanha de Esclarecimento de Hábitos de Saúde Preventivos

“Não existe sistema de saúde sustentável sem uma sociedade que cuide melhor de si mesma.”

O Estado precisa migrar de um modelo reativo para uma cultura de prevenção, enfrentando hábitos nocivos que impactam diretamente o orçamento público e a produtividade econômica.

As doenças crônicas não transmissíveis — como diabetes, hipertensão, obesidade, doenças cardiovasculares e transtornos mentais — respondem por mais de 70% das mortes no Brasil e consomem parcela crescente dos recursos do SUS.

Dados nacionais indicam que:

- mais de 50% da população adulta está acima do peso;
- o sedentarismo cresce ano após ano;
- transtornos mentais figuram entre as principais causas de afastamento do trabalho.

Campanhas permanentes devem focar em:

- alimentação saudável;
- atividade física regular;
- saúde mental;
- combate ao tabagismo, alcoolismo, vício em jogos (bets) e outras dependências;
- uso racional do sistema de saúde.

Cada real investido em prevenção gera múltiplos de economia futura em internações, afastamentos laborais e perda de produtividade.

Plano de Saúde Preventivo

Cerca de 63% das empresas oferecem planos coletivos de saúde como benefício para atrair e reter talentos. Após o salário, esse é um dos maiores custos diretos para as empresas, especialmente nos setores de serviços, tecnologia e alta qualificação.

Estudos indicam que os custos médicos corporativos no Brasil crescerão cerca de 12,9% em 2025, acima da média latino-americana, pressionando orçamentos empresariais e dificultando previsibilidade financeira.

Diante desse cenário, é necessária uma ação conjunta entre Estado e sociedade civil organizada para avançar na prevenção, no monitoramento de indicadores de saúde e na negociação coletiva baseada em dados.

Propõe-se a criação de um hub estruturado de soluções em saúde, coordenado pela FEDERASUL, permitindo às filiadas acesso a:

- planos de saúde preventivos;
- programas de atenção primária;
- gestão de doenças crônicas;
- soluções de bem-estar e saúde ocupacional.

O modelo amplia escala, reduz custos e corrige uma distorção histórica: pequenas e médias empresas, grandes geradoras de emprego, têm pouco acesso a soluções estruturadas. Com gestão profissional e capilaridade regional, o hub permitirá acompanhar indicadores coletivos de saúde, promovendo qualidade de vida e redução de custos assistenciais.

Campanha Pró-Transplantes

O Rio Grande do Sul é referência nacional em transplantes, mas a manutenção dessa posição exige conscientização permanente. Campanhas contínuas de estímulo à doação salvam vidas, reduzem custos futuros e devolvem dignidade e produtividade aos cidadãos. A doação de órgãos é um gesto individual de impacto coletivo incalculável.

HUB de Saúde com a Indústria de Suprimentos e Inovação

A pandemia evidenciou a fragilidade da dependência externa. A criação de um hub industrial em saúde gera empregos qualificados, inovação, segurança de abastecimento e crescimento sustentável.

É necessária uma política de Estado, liderada pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico em parceria com a Secretaria da Saúde, para estruturar um Hub Industrial de Saúde, integrando:

- indústrias de insumos médicos;
- biotecnologia e dispositivos médicos;
- automação, inteligência artificial e Indústria 4.0;
- centros de pesquisa e inovação.

Esse ambiente posiciona Porto Alegre como polo latino-americano de excelência em saúde, reduz dependências externas e fortalece a resiliência do sistema em crises futuras.

Financiamento Cruzado e Segurança Econômica dos Hospitais Filiados

Os hospitais filantrópicos vivem um paradoxo: sustentam grande parte do SUS, mas operam sob subfinanciamento crônico. As tabelas públicas não cobrem os custos reais, obrigando o uso de receitas privadas para compensar déficits públicos.

Sem correções estruturais, os hospitais perdem capacidade de investimento, serviços são fechados e ocorre um colapso silencioso da assistência.

É necessário reconhecer formalmente o financiamento cruzado entre SUS e planos privados, criando regras claras e previsíveis. Sem esse ajuste, há risco de perda progressiva de leitos, serviços e qualidade assistencial, com impacto direto sobre toda a sociedade.

Não faz sentido abandonar hospitais filantrópicos à própria sorte. Mesmo sem obrigação legal, eles assumem deficitariamente grande parte da assistência pública, compensando a incapacidade estatal por meio de endividamento e receitas extraordinárias. Proteger essas instituições é proteger o sistema de saúde como um todo.

VII - Educação

- ♦ Foco na Primeira Infância e no Ensino Fundamental
- ♦ Parceiros Voluntários / Leitura
- ♦ Empreendedorismo nas Escolas / Educação Financeira
- ♦ Qualificação por Núcleos Setoriais
- ♦ Sucessão de Lideranças Associativistas

Foco na Primeira Infância e no Ensino Fundamental

Vivemos um momento histórico desafiador. Pela primeira vez, observa-se uma geração que apresenta involução nos índices de QI em relação à anterior, ao mesmo tempo em que enfrentamos o imperativo de uma evolução ética e filosófica capaz de acompanhar o avanço tecnológico — que carrega consigo imenso poder criativo, mas também destrutivo.

Diante desse cenário, é fundamental concentrar esforços na primeira infância e no ensino fundamental, assegurando condições de apego seguro e uma educação que ofereça riqueza de vivências. É nesse período que ocorre a poda neural, processo decisivo para o desenvolvimento pleno do cérebro, no qual se consolidam comportamentos, valores e talentos que acompanharão o indivíduo ao longo da vida.

Ambientes em que a criança percebe segurança afetiva, aliada a vivências enriquecedoras, estimulam regiões do

cérebro que formam adultos com maior capacidade de cooperação, empatia e evolução ética e filosófica. Em sentido oposto, ambientes marcados por carências, violência doméstica, insegurança e pobreza afetiva tendem a estimular respostas instintivas de “lutar ou fugir”, formando adultos mais propensos ao conflito como forma de lidar com suas necessidades.

Nesse sentido, a educação na primeira infância e no ensino fundamental deve ser tratada como uma verdadeira política de Estado voltada à harmonia social, resgatando uma visão sistêmica na qual cada escola envolva as famílias dos alunos em soluções integradas, promovendo o apego seguro e se conectando à Sociedade Civil Organizada para o enriquecimento das vivências educacionais.

Experiências exitosas já demonstram esse caminho. Iniciativas com Associações Comerciais, Industriais e de Serviços, por meio dos Parceiros Voluntários, da Junior Achievement, do Projeto Pescar ou de ações junto a casas de acolhimento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, bem como a integração com grupos escoteiros aos finais de semana, transformaram realidades, ressignificando comportamentos e oferecendo perspectivas de futuro. São exemplos inspiradores do impacto positivo gerado quando lideranças públicas e privadas assumem o protagonismo pelas mudanças necessárias.

Parceiros Voluntários

O voluntariado é uma das ferramentas mais eficazes para a solução de problemas sociais. A grande mobilização da sociedade civil organizada para socorrer o Rio Grande do Sul durante as enchentes de 2024 é prova inequívoca dessa força transformadora.

Estruturar essa energia de forma organizada, contínua e orientada é essencial para ampliar seu impacto, ao mesmo tempo em que se valoriza o engajamento das milhares de pessoas que aderem a essas causas.

Nesse contexto, a FEDERASUL apoia e incentiva suas entidades filiadas, por meio do programa Parceiros Voluntários, a promover a formação e o fortalecimento do voluntariado como instrumento de desenvolvimento sustentável e de impacto social duradouro.

Incentivo à Leitura

O hábito da leitura no Brasil está em queda. Em um país com mais de 200 milhões de habitantes, cerca de 53% da população se declara não leitora. Estudos apontam ainda a redução da capacidade de concentração e compreensão, acendendo um alerta para o avanço do analfabetismo funcional.

Segundo a UNESCO, o analfabetismo funcional atinge pessoas que reconhecem letras e números, mas não

conseguem interpretar textos simples nem utilizar a leitura e a escrita de forma efetiva no cotidiano, comprometendo o desenvolvimento pessoal e o exercício pleno da cidadania (Fonte: Agência Senado e IPL – Instituto Pró-Leitura).

Atenta a essa realidade e inspirada pelo professor Antônio Hohlfeldt, a FEDERASUL desenvolveu o projeto Autor Presente nas Empresas, com o objetivo de estimular a leitura entre trabalhadores, ampliar repertório cultural e promover pensamento crítico, rompendo as bolhas informacionais impostas pelos algoritmos.

Empreendedorismo nas Escolas e Educação Financeira

As transformações sociais e tecnológicas têm levado cada vez mais pessoas a optar pelo empreendedorismo como alternativa de carreira. No entanto, muitos acabam submetidos a modelos de negócio controlados por grandes plataformas digitais, especialmente nos setores de logística e transporte de pessoas.

Para enfrentar esse desafio, a FEDERASUL atua em parceria com a Junior Achievement, instituição centenária e referência mundial em educação empreendedora, promovendo a formação em negócios nas escolas e preparando jovens para decisões conscientes, responsáveis e sustentáveis.

Soma-se a isso a preocupação com a ausência de educação financeira no ambiente escolar, que expõe jovens a riscos como apostas online, consumo impulsivo, endividamento

precoce e financiamentos com juros abusivos, comprometendo seu futuro econômico e emocional.

Nesse sentido, a FEDERASUL e suas entidades filiadas apoiam os municípios na implementação de programas de Educação Financeira nas redes públicas municipais, fortalecendo a autonomia e a responsabilidade individual desde cedo.

Sucessão de Lideranças Associativistas

A sociedade enfrenta uma redução significativa de lideranças em todos os setores. Segundo artigo da professora Denise Dutra, da FGV, publicado pela MIT Technology Review, essa crise já era perceptível globalmente antes mesmo da pandemia.

No movimento associativista, esse desafio também se impõe. Muitas entidades da sociedade civil organizada encontram dificuldades na identificação, formação e preparação de novas lideranças para assumir presidências e cargos estratégicos.

Para enfrentar esse gargalo, a FEDERASUL, com o apoio de ex-presidentes e membros de suas diretorias, desenvolveu uma cartilha prática com orientações para identificar, formar e desenvolver novas lideranças, preparando pessoas aptas a conduzir entidades associativistas com visão, propósito e compromisso com o futuro.

Ao longo da história, o sucesso coletivo sempre dependeu da atuação de lideranças públicas e privadas capazes de assumir protagonismo, promovendo cooperação e enfrentando conflitos quando necessário. No próprio Manifesto Empreendedor, todas as estratégias propostas dependerão da ação efetiva dessas lideranças, para que conselhos e espaços de diálogo não se tornem meramente protocolares, numa atuação “chapa branca”, incapazes de promover mudanças reais.

As redes de associativismo empreendedor oferecem oportunidades únicas de desenvolvimento pessoal e coletivo, formando lideranças práticas, capazes de inspirar voluntários por ideais elevados, desenvolver habilidades de relacionamento e articular entregas concretas para a sociedade. São experiências que reverberam positivamente também na vida familiar e profissional.

Em um ambiente marcado por beligerância ideológica e litigância excessiva, o desafio de resgatar uma educação de qualidade — que teve seus objetivos prioritários invertidos — é enorme. Esse esforço exigirá o apoio das famílias, dos servidores públicos e da sociedade como um todo, mas, sobretudo, dependerá da atuação de milhares de lideranças idealistas, dispostas a enfrentar resistências e trabalhar pela construção de um futuro melhor para o Rio Grande do Sul.

VIII - Ondas Migratórias

- ◆ Obras de Resiliência Climática
- ◆ Integração de Migrantes
- ◆ Programa de Participação nos Lucros e Resultados
- ◆ Saneamento
- ◆ Moradias
- ◆ Entretenimento

Diante do êxodo populacional, da dificuldade de preenchimento de vagas de trabalho e da queda nos níveis de comprometimento e excelência profissional, torna-se necessário repensar os modelos de contratação e engajamento. É preciso estimular uma postura empreendedora, conectada às expectativas das novas gerações, resgatando a capacidade de sonhar e de perseguir metas por meio da evolução profissional.

Nesse contexto, ganha relevância o debate, no ambiente empresarial, sobre a modernização dos modelos de engajamento. Programas de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) podem fortalecer o senso de pertencimento e corresponsabilidade. Da mesma forma, a colaboração do setor produtivo na construção de programas de moradia pública com padrões elevados de qualidade de vida, aliada à promoção de opções de entretenimento saudável em pequenas e médias cidades, contribui para enriquecer o tempo livre e fortalecer vínculos comunitários. Essas medidas são fundamentais para reter talentos locais e atrair novas ondas migratórias dispostas a integrar-se à cultura gaúcha.

Na esfera municipal, com a chegada de trabalhadores de outros países, torna-se indispensável estruturar programas de acolhimento em parceria com entidades empresariais e da sociedade civil. Esses programas devem qualificar e habilitar a integração dos migrantes, desde aulas de língua portuguesa até ações de inserção no cotidiano cultural, social e produtivo das cidades, tornando as regiões mais atrativas e preparadas para a convivência multicultural — assim como ocorreu no passado, quando o protagonismo do trabalho migrante europeu e de outros povos impulsionou o desenvolvimento regional.

As etnias que hoje acolhemos — como venezuelanos, haitianos e argentinos — não devem ser vistas apenas como “mão de obra”, mas como pessoas que, em poucos anos, integrarão plenamente a cultura gaúcha, compartilhando valores, hábitos e modos de vida, enriquecendo a diversidade de nossa terra. A história do Rio Grande do Sul demonstra que a miscigenação de povos indígenas, portugueses, africanos e espanhóis, posteriormente enriquecida por alemães, italianos, árabes, judeus, poloneses e tantas outras etnias, construiu uma identidade marcada pela convivência harmônica. Preservar e fortalecer as virtudes da tolerância, do acolhimento e da boa índole é parte essencial desse legado.

Para que essa integração ocorra de forma saudável, as cidades precisam estar preparadas para a convivência entre os nascidos aqui e os recém-chegados. Existe uma necessidade mútua: o Estado precisa de pessoas para ocupar postos de trabalho, dinamizar o mercado consumidor e fortalecer a vida comunitária, enquanto os migrantes buscam dignidade e oportunidades. Isso exige políticas de moradia digna, infraestrutura de saúde, saneamento básico, tratamento de água e esgoto, além de espaços públicos de convivência, como praças, áreas esportivas e equipamentos de lazer.

A tolerância com novas culturas e a disposição para ensinar e aprender com outros povos serão diferenciais estratégicos para a retomada do desenvolvimento e para o equilíbrio do bônus demográfico, que, isoladamente, tende a se perder. Como afirma o sociólogo Abdelmalek Sayad, “todos somos migrantes em algum momento da história”. Acolher com empatia os recém-chegados é, portanto, não apenas um dever humanitário, mas uma escolha inteligente para o futuro do Rio Grande do Sul.

IX - Turismo de Integração Cultural

- ◆ Vale do Taquari
- ◆ Quarta Colônia
- ◆ Missões Jesuíticas – 400 anos
- ◆ Geoparques
- ◆ Serra
- ◆ Porto Alegre
- ◆ Litoral / Lagoas

O investimento público em turismo tem sido insuficiente para alterar a dinâmica atual, em um cenário marcado por carências de infraestrutura aérea e pela escassez de roteiros consolidados para o turismo receptivo. Ainda assim, a Serra Gaúcha apresenta exemplos bem-sucedidos de planejamento estratégico iniciado há mais de 40 anos, com investimentos contínuos, criação permanente de atrações e desenvolvimento de novos produtos turísticos a cada ano.

A partir dessa inspiração, começaram a surgir novos polos turísticos. Alguns já se encontram consolidados, com redes hoteleiras de alto padrão de excelência, como no Recanto Maestro, na Quarta Colônia. Outros dispõem de atrações relevantes, mas ainda enfrentam desafios de infraestrutura e hospedagem.

Para viabilizar a expansão do turismo regional, são imprescindíveis as concessões do Bloco 2, a implantação do aeroporto de Vila Oliva, a duplicação da BR-290 e um novo modelo de concessão ferroviária que resgate e promova o Trem dos Vales, além de viabilizar novos trechos por autorização,

conectados aos ramais principais existentes, ainda que atualmente desativados.

A região do Vale do Taquari, por meio da criação da Amturvales (Associação dos Municípios de Turismo da Região dos Vales), vem atuando de forma estruturada no desenvolvimento do setor, incentivando municípios e gestores públicos a reconhecerem o potencial econômico do turismo neste novo contexto, em que a Reforma Tributária altera profundamente a dinâmica de arrecadação, priorizando a destinação dos recursos no ato do consumo, e não mais na etapa de industrialização. Pequenos municípios, historicamente dependentes do Fundo de Participação dos Municípios e da arrecadação do ICMS, precisarão se reinventar, encontrando no turismo rural, religioso e de nicho uma oportunidade concreta de geração de fluxo econômico.

A construção do Cristo Protetor, em Encantado, é um exemplo emblemático de mobilização coletiva. A iniciativa teve origem na administração municipal, que identificou a necessidade de um monumento capaz de dinamizar a economia local, culminando na criação da AACE — Associação Amigos de Cristo de Encantado. Com investimento aproximado de R\$ 25 milhões captados pela associação, somado à infraestrutura provida pelo município, o monumento consolidou-se como um marco transformador da matriz econômica regional.

A Quarta Colônia, com sua rica herança da colonização italiana, gastronomia e cultura, abriga um patrimônio paleontológico singular, com descobertas relevantes dos fósseis de alguns dos dinossauros mais antigos do mundo, em rochas do período Triássico (aproximadamente entre 250 e 200 milhões de anos). Soma-se a isso uma beleza natural ímpar e uma rede

hoteleira recente e de alto padrão no Recanto Maestro, onde hóspedes contam, inclusive, com águas termais salinas.

Os Geoparques de Caçapava do Sul, da Quarta Colônia e o Caminho dos Cânions do Sul, com montanhas, penhascos, cachoeiras e vegetação nativa preservada, compõem paisagens de grande valor cênico. Essas regiões oferecem oportunidades relacionadas à história da mineração, ao turismo de aventura e ao ecoturismo, com enorme potencial ainda pouco explorado comercialmente, mas em processo gradual de integração ao turismo rural.

As Missões Jesuíticas reúnem um expressivo patrimônio histórico e cultural, composto por igrejas, arte sacra missionária e pelo tradicional Caminho das Missões. A celebração dos 400 anos, em 2026, representa uma oportunidade singular para resgatar as origens da formação do povo gaúcho como uma sociedade etnicamente integrada que, ainda em meados do século XVIII — antes mesmo das Revoluções Americana e Francesa —, tornou-se referência para pensadores europeus, com elevados níveis de alfabetização, organização produtiva e geração de riqueza, até ser profundamente impactada pelas Guerras Guaraníticas.

Porto Alegre, capital do Estado e uma das principais portas de entrada pelo Aeroporto Internacional Salgado Filho, busca ampliar a integração do fluxo turístico com as demais regiões, promovendo suas atrações urbanas e fortalecendo nichos estratégicos como o turismo de eventos, o turismo de negócios e o turismo médico.

O Litoral Gaúcho, que recebe grande parte da população do Estado durante o período de veraneio, experimenta uma

movimentação muito superior à capacidade de atendimento dos municípios no restante do ano. Desde a pandemia, consolidou-se também como alternativa de moradia permanente para muitas famílias. Além das praias a região conta com rios, cachoeiras e lagoas de grande potencial para a prática de esportes aquáticos e atividades de lazer.

Diante de toda essa diversidade que compõe o turismo gaúcho, a aprovação do ESTRUTUR como fonte de financiamento anual da atividade turística, pode representar um avanço relevante. O programa permitirá uma abordagem sistêmica dos recursos públicos destinados à cultura, ao esporte e a eventos, integrando-os a projetos turísticos estruturados, reconhecendo o rápido retorno econômico e arrecadatório de cada real investido diretamente no setor.

X - Mineração

- ♦ Calcário
- ♦ Fertilizantes Fosfatados
- ♦ Fertilizantes Nitrogenados
- ♦ Mineração de Pedras
- ♦ Ouro, Cobre e Terras Raras
- ♦ Xisto Betuminoso e Carvão Mineral
- ♦ Petróleo – Bacia de Pelotas

Indispensável à Sociedade Moderna e à Reindustrialização do Rio Grande do Sul

O setor produtivo gaúcho é diverso e pujante, e um de seus pilares mais estratégicos — embora frequentemente subestimado — é a mineração. Longe de ser uma atividade secundária, a mineração constitui o alicerce silencioso da sociedade moderna: da infraestrutura que nos abriga aos eletrônicos que nos conectam, passando pela saúde e pelos alimentos que consumimos. Praticamente tudo o que utilizamos no cotidiano possui componentes de origem mineral.

No Rio Grande do Sul, esse setor assume relevância ainda maior. Iniciativas pioneiras, como a exploração de fosfato em Lavras do Sul — mineral anteriormente 100% importado e essencial para a indústria e a agricultura — e a entrada em operação da mina de titânio no Estado, igualmente antes totalmente importado, evidenciam o potencial estratégico gaúcho na redução da dependência externa.

O titânio é amplamente utilizado em componentes de aeronaves (motores, fuselagens, asas e trens de pouso), foguetes e naves espaciais, em razão de sua leveza, resistência mecânica e capacidade de suportar temperaturas extremas e ambientes corrosivos. É igualmente fundamental nos setores médico e odontológico (implantes, próteses e instrumentos cirúrgicos), na indústria química e de processamento, no setor naval e offshore, bem como na indústria automobilística. Esses avanços demonstram a capacidade do Estado de suprir insumos críticos e fortalecer sua base industrial.

Além disso, o Rio Grande do Sul dispõe de outras riquezas minerais estratégicas, como o ouro, cujo valor vai muito além da joalheria. Trata-se de uma reserva de valor global, insubstituível em eletrônicos por sua elevada condutividade e resistência à corrosão, essencial em aplicações médicas e odontológicas e crucial em tecnologias aeroespaciais, especialmente na proteção contra radiação. O calcário, por sua vez, é pilar da produtividade agrícola, sendo fundamental para a correção do solo e o aumento da produção de alimentos.

Não menos importantes são os agregados minerais, como areia e brita, indispensáveis à construção civil e à fabricação de vidro, bem como as pedras ornamentais e preciosas, geradoras de emprego e riqueza. Recentemente, também foram identificadas terras raras no Estado — um conjunto de minerais altamente estratégicos e disputados mundialmente, essenciais para a indústria de alta tecnologia.

Caçapava do Sul já foi a maior produtora de cobre do Brasil. Esse mineral é fundamental para a transição energética: turbinas eólicas, painéis solares, redes elétricas inteligentes e veículos elétricos demandam volumes significativamente maiores de

cobre quando comparados aos veículos a combustão. O cobre também é amplamente utilizado em fios e cabos, componentes eletrônicos, construção civil e aplicações em saúde, como superfícies antimicrobianas.

Diante desse cenário, é imperativo desmistificar a mineração junto à sociedade, aos governos e às autoridades responsáveis pelo licenciamento, evidenciando a evolução tecnológica dos processos, os avanços em sustentabilidade ambiental e o verdadeiro valor estratégico desse setor econômico — tanto pela produção de matéria-prima quanto pela geração de emprego, renda e arrecadação.

Atualmente, a atividade minerária está submetida a um rigoroso arcabouço legal e fiscalizatório, baseado nas mais modernas legislações ambientais e sociais do País. Com a evolução tecnológica, minerar passou a significar atender necessidades fundamentais de forma responsável e estratégica, contribuindo diretamente para o desenvolvimento econômico, a inovação tecnológica e a qualidade de vida da população gaúcha e brasileira. Além disso, a mineração é essencial para a transição energética, a agricultura de precisão e o aumento da produtividade agrícola, auxiliando no combate à fome, na redução das emissões de carbono e na diminuição da pressão por expansão de áreas agrícolas sobre florestas nativas, por meio da otimização tecnológica das áreas já consolidadas.

Riscos da Desindustrialização e o Resgate da Reindustrialização

Diante dos estudos preliminares de prospecção de petróleo na Bacia de Pelotas, do potencial das jazidas de xisto betuminoso, da possibilidade de acesso ao gás de Vaca Muerta, na Argentina, e da existência de um polo petroquímico já instalado no Rio Grande do Sul, a preservação e o fortalecimento desse complexo industrial devem ser vistos como um diferencial competitivo estratégico.

Sob a ótica da segurança nacional, o risco de desindustrialização exige atenção imediata, sobretudo pelo impacto socioeconômico da produção de resinas plásticas no Estado. A inviabilidade econômica das resinas termoplásticas no Brasil pode tornar o País dependente de insumos industriais essenciais, hoje produzidos em larga escala por outras nações, configurando um risco que transcende a esfera econômica e alcança a geopolítica industrial.

O Polo Petroquímico de Triunfo constitui um dos principais vetores de geração de riqueza do Rio Grande do Sul. Apenas uma das empresas instaladas no polo responde por aproximadamente 5% da arrecadação de ICMS do Estado, mesmo diante da crise enfrentada pelo setor.

Qualquer unidade federativa brasileira se mobilizaria intensamente para preservar um polo industrial dessa magnitude. Trata-se de uma indústria altamente estratégica, intensiva em capital e tecnologia, inserida em uma disputa global. A ABDI — Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial identificou mais de 2.300 instrumentos de incentivo

industrial em economias como Estados Unidos, União Europeia, Rússia e China, totalizando mais de US\$ 4 trilhões destinados ao apoio setorial.

Atualmente, o polo enfrenta uma das maiores crises de sua história: as taxas de operação das centrais petroquímicas recuaram para cerca de 55%, resultando em uma ociosidade de aproximadamente 45% — índice sem precedentes em mais de quatro décadas de operação.

A mobilização da sociedade, do setor produtivo, das entidades empresariais e das instâncias públicas é fundamental para a manutenção da operação industrial durante este ciclo crítico.

Adicionalmente, a Zona Franca de Manaus tem contribuído para um processo de desindustrialização nacional e regional ao oferecer incentivos fiscais que desequilibram a concorrência, afetando diretamente a cadeia petroquímica gaúcha e a indústria de transformação plástica. Produtos importados chegam ao mercado com vantagem de até 40% em relação aos fabricados no Rio Grande do Sul, forçando indústrias locais a desativar linhas produtivas e substituí-las pela simples revenda de produtos oriundos da ZFM.

Esse processo reduz faturamento, empregos industriais, arrecadação e complexidade produtiva, comprometendo cadeias estratégicas de longo prazo.

O momento exige soluções urgentes, combinando medidas técnicas e políticas, incluindo a revisão federal de incentivos, proteção contra dumping indireto, tratamento tributário isonômico, política industrial específica para o Sul e

investimentos em infraestrutura pública que ampliem a competitividade — desde a concessão ferroviária e a ampliação dos gasodutos até a redução dos custos que oneram a navegação nas hidrovias.

O resgate da mineração gaúcha, com a atração de grandes investidores globais para uma exploração tecnologicamente sustentável, capaz de preservar e recuperar o meio ambiente, ao mesmo tempo em que desenvolve um ambiente de negócios receptivo às cadeias industriais e de inovação internacionais, depende da mobilização da opinião pública e do engajamento dos principais atores públicos e privados.

Nesse sentido, torna-se necessária a intensificação mensal de um Fórum Permanente de Mineração, liderado pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado, promovendo um debate transparente e contínuo entre instituições e órgãos públicos, investidores e comunidades, representadas pela sociedade civil organizada, para que as pautas avancem com a celeridade compatível com a urgência do momento.

XI - Comércio Exterior

- ♦ Hub Port do Mercosul
- ♦ Equiparação Tributária RS/SC e Competitividade Externa
- ♦ Integração Modal e Inserção Competitiva nas Cadeias Globais
- ♦ Data Centers
- ♦ Inovação Setorial
- ♦ Interação Tecnológica com o Exterior

Hub Port do Mercosul

O Super Porto do Rio Grande reúne condições únicas para se consolidar como o principal **Hub Port do Mercosul**, articulando fluxos comerciais entre Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e mercados extrarregionais. Sua localização estratégica, o calado natural profundo, a capacidade de expansão e a vocação multimodal permitem ao Rio Grande do Sul assumir protagonismo no comércio exterior sul-americano, desde que esse potencial seja acompanhado por políticas públicas coerentes, estabilidade regulatória e visão estratégica de longo prazo.

A consolidação desse hub exige mais do que capacidade portuária. Requer integração logística eficiente, ambiente tributário competitivo e articulação diplomática e comercial que enxergue os países vizinhos como parceiros estratégicos. Ao assumir esse papel, o Estado amplia sua capacidade de atrair cargas de transbordo, investimentos privados, centros de

distribuição, indústrias exportadoras e serviços de alto valor agregado ligados ao comércio internacional.

Equiparação Tributária RS/SC e Competitividade Externa

A perda de competitividade do Rio Grande do Sul no comércio exterior não decorre apenas de limitações logísticas — que historicamente sufocaram os acessos rodoviários e ferroviários ao Porto, por meio de modelos de concessão caros e mal concebidos —, mas também de assimetrias tributárias internas que deslocam investimentos, cargas e empregos para estados vizinhos.

A equiparação das condições tributárias com Santa Catarina, especialmente nas operações portuárias, retroportuárias e de comércio exterior, é condição indispensável para interromper a migração de cargas e recuperar o protagonismo logístico do Estado.

Sem isonomia tributária, investimentos em infraestrutura e ganhos de eficiência operacional têm seus efeitos neutralizados. A correção dessas distorções deve ser tratada como política estruturante de desenvolvimento econômico, com visão de médio e longo prazo, capaz de ampliar a base arrecadatória por meio do crescimento da atividade econômica — e não por elevações pontuais de alíquotas.

Além da isonomia, é necessário aprimorar os procedimentos para que a competitividade tributária seja efetivamente utilizada.

A adoção de uma “**lista negativa**” **objetiva**, indicando apenas os produtos que realmente não possam usufruir de benefícios fiscais — à semelhança do modelo adotado em Santa Catarina —, evita que instrumentos concebidos para inserção competitiva sejam distorcidos para proteção artificial de determinadas cadeias produtivas.

Caso sejam exigidos certificados de não similaridade para acesso a esses benefícios, o processo deve ser aperfeiçoado, com redução de custos, ampliação do número de instituições habilitadas e garantia de segurança jurídica e previsibilidade aos negócios internacionais.

Integração Modal e Inserção Competitiva nas Cadeias Globais

A inserção do Rio Grande do Sul nas cadeias globais de valor exige integração modal eficiente, previsibilidade logística e capacidade de oferecer soluções completas a exportadores e importadores. O Super Porto do Rio Grande deve operar como uma plataforma integrada, conectando ferrovia, hidrovia, rodovia, armazenagem, energia e dados, reduzindo custos transacionais e ampliando a atratividade do Estado como base produtiva exportadora.

Essa integração logística é também decisiva para a atração de novos setores intensivos em comércio exterior, como indústrias de transformação, agroindústrias de maior valor agregado, data centers, polos tecnológicos e cadeias vinculadas à transição energética.

Ao alinhar infraestrutura física e digital, o Rio Grande do Sul pode reposicionar sua economia em patamares mais elevados de complexidade produtiva, inovação, inserção internacional e geração de renda, consolidando-se como um Estado competitivo nas cadeias globais do século XXI.

XII - Segurança Energética

- ◆ Energia Eólica
- ◆ Energia Fotovoltaica
- ◆ Biocombustíveis e Bioenergia
- ◆ Hidrogênio Verde
- ◆ Hidrelétricas
- ◆ Mega Sistemas de Baterias

O Brasil dispõe de uma matriz energética predominantemente renovável e, por essa razão, reúne condições para exigir contrapartidas ambientais — como o uso de energia limpa — nas relações estratégicas com outros países, consolidando-se como um polo exportador de segurança energética, sem abrir mão da estabilidade proporcionada por uma parcela de energia firme oriunda de reservas fósseis.

O Rio Grande do Sul vive um paradoxo estratégico: ainda dependente da importação de energia, mas detentor de um dos maiores potenciais de transformação da matriz energética do continente. Essa vocação exige uma diversificação inteligente, com a expansão da energia eólica, solar, das bioenergias e do hidrogênio verde, aliada à valorização inequívoca da geração hidrelétrica como fonte de base — limpa, renovável e estruturante da segurança energética.

Projetos de grandes, pequenas e microcentrais hidrelétricas precisam ser revisitados com os olhos de 2026: não como soluções isoladas, mas como parte de um sistema integrado, capaz de garantir estabilidade, previsibilidade e

e resiliência frente a eventos climáticos extremos, assegurando energia firme para a indústria, o agronegócio, os serviços, a saúde, as cidades e os novos vetores de desenvolvimento.

A transição energética necessária ao Estado vai muito além da ampliação da geração. Trata-se de um fator decisivo de competitividade econômica, que descarboniza cadeias produtivas, impulsiona a inovação, transforma a logística, gera empregos de diferentes níveis de complexidade e prepara o Rio Grande do Sul para demandas energéticas intensivas, como inteligência artificial, data centers, eletromobilidade e processos industriais de alta eficiência.

Esse movimento exige uma composição madura dos modelos de mercado — regulado, livre, autoprodução e novas formas de geração distribuída — integrados à bioenergia e ao hidrogênio verde, criando um ambiente propício ao investimento, à redução de custos e à atração de talentos. A segurança energética será condição básica para que, em 2035, os jovens que hoje estão nas escolas encontrem um Estado capaz de oferecer empregos qualificados, oportunidades de empreendedorismo, renda e qualidade de vida.

Não haverá transição energética justa, segura e duradoura sem governança territorial baseada em diálogo, ciência e atualização permanente de cenários. Projetos estratégicos não podem ser concebidos a partir de fotografias estáticas do passado. É necessária autonomia energética, industrial e de infraestrutura para consolidar um ambiente favorável a investimentos, inovação e reindustrialização.

O Rio Grande do Sul é um Estado preservacionista e defensor de uma conservação que transcende os aspectos

ambientais, integrando dimensões econômicas e, sobretudo, sociais. O empreendedorismo responsável exige diálogo permanente, dados atualizados e visão de longo prazo, integrando o uso consciente de minerais, barramentos, monitoramento de vazões, geração de energia, dessedentação humana e animal, produção agropecuária e proteção ambiental.

O futuro que deixaremos em 2035 dependerá da coragem de planejar agora, com diálogo, composições equilibradas e compromisso com uma sociedade próspera, resiliente e sustentável.

A expansão dos grandes parques de energia eólica no Rio Grande do Sul — um Estado agraciado com ventos abundantes e situado em uma região com elevado potencial de consumo elétrico, reduzindo perdas e ineficiências entre a geração e o uso — não é apenas uma escolha de racionalidade ambiental. Deve ser, também, uma decisão de equidade competitiva em relação a regiões que, embora não apresentem a mesma relação custo-benefício ambiental, dispõem de vantagens decorrentes de Fundos Constitucionais que desequilibram, a seu favor, os custos financeiros e tributários dos investimentos.

Para o reerguimento gaúcho com resiliência, é imprescindível conquistar autonomia energética para atender às próprias demandas. Isso requer a constituição de um Fundo Constitucional que equipare as condições de investimento, integrando a infraestrutura energética do Sul do Brasil a um projeto nacional comprometido com a segurança energética mundial.

Reconstrução por uma Cultura de Resiliência com Visão 2035-2045

Numa região pródiga em diversidade étnica, cultural e marcada por oportunidades desperdiçadas, uma sequência de fenômenos destrutivos sem precedentes pode despertar uma cultura de consensos rápidos, resiliente por virtudes.

A estabilidade social e política, em uma democracia, construída a partir do resgate de valores e princípios latentes no senso comum, pode se tornar um enorme ativo em um mundo marcado por conflitos.

Este é um desafio dos gaúchos e dos brasileiros — mas também um propósito em favor de um mundo melhor.

Sabemos que a economia se move pela confiança, enquanto a política se movimenta pela opinião pública. E aprendemos que, para uma democracia saudável, além dos Poderes e das Instituições, os meios de comunicação e a sociedade civil organizada são elementos essenciais.

Nosso papel é mobilizar a opinião pública, trazendo a verdade à tona e fundamentando argumentos com sensatez e racionalidade, para que as políticas públicas representem, de fato, a busca pelo bem comum.

Nesse grande desafio que se apresenta, surge como favorável à mobilização o diagnóstico de uma opinião pública receptiva a uma estratégia embasada em valores latentes. Latentes porque adormeceram sob anos de beligerância

ideológica, mas permanecem vivos na formação do senso comum — frutos da miscigenação e do sincretismo religioso que ajudaram a forjar características de tolerância e acolhimento do povo brasileiro. Um amálgama de diferentes culturas que compartilharam valores derivados de doutrinas, filósofos e tradições religiosas. Valores que afloraram de forma inequívoca durante a tragédia de maio de 2024.

Na maior parte da sociedade brasileira, independentemente da agenda de costumes — seja por via religiosa ou ideológica —, percebe-se uma clara rejeição moral às falhas de caráter que dividem e prejudicam. Independentemente da classe social, a índole do brasileiro condena a desonestidade da corrupção, a injustiça contra quem age de boa-fé e reconhece o mérito da superação pelo trabalho, enxergando o lucro honesto como recompensa justa pelos sacrifícios e riscos assumidos.

No seio da maioria das famílias brasileiras, a indignação com a injustiça social e econômica caminha lado a lado com a rejeição à preguiça de quem se recusa a assumir responsabilidades, bem como com o desprezo por quem promove a inveja como fonte de conflito e alimenta a ira por meio da polarização.

Nas relações humanas generosas e humildes que caracterizam o povo brasileiro, não há espaço para admirar a avareza dos individualistas nem a soberba de quem exerce poder tripudiando sobre adversários derrotados. Trata-se de uma escala moral forjada nos alicerces de nossas origens, compartilhada por pessoas laicas e por diversas tradições religiosas, que, em vez de exaltar vícios, valoriza virtudes como superação, honestidade, justiça, caridade, temperança e diligência.

Na abordagem do diagnóstico, da visão e de cada um dos eixos do Mapa de Ações, nosso desafio é despertar, no senso comum, esses valores latentes que promovem virtudes, utilizando uma linguagem acessível ao povo brasileiro, como expressão de um mutualismo organizado.

Mais do que trazer à tona uma escala de valores morais amplamente compartilhada, o maior desafio está em despertar, nas lideranças públicas e privadas, firmeza moral suficiente para abrir mão de benefícios e privilégios indevidos, enfrentando contradições com coerência em relação ao discurso que defendem.

A experiência das últimas décadas no Rio Grande do Sul demonstra que posturas oportunistas, originadas em divergências ideológicas legítimas, muitas vezes manipularam o idealismo de quem buscava o bem comum, enquanto criavam privilégios para poucos em prejuízo de todos. Esse processo promoveu retrocessos sucessivos, até que a conta deixou de fechar, comprometendo salários de servidores, a qualidade dos serviços públicos e endividando nossa terra por várias gerações.

Assim, não se trata de ser de esquerda ou de direita, liberal ou conservador, mas de um idealismo efetivo, que reconheça que a cooperação pode ser superior ao conflito quando valores promovem virtudes — para que nossa interdependência gere evolução, e não extinção.

Então, voltamos ao início, com o sentido maior do Manifesto:

“ Vamos legar um Estado rico em oportunidades para jovens de 18 anos em 2035?

“ Uma criança que entrou com 6 anos na educação fundamental em 2023, que Estado vai encontrar em 20 de Setembro de 2035?

“ Podemos nos tornar um destino para o florescimento de grandes talentos?

“ As vocações de nossa terra e os talentos de nosso povo, estarão a serviço de um mundo melhor?

“ Qual é o nosso legado, como pais, mães, amigos, gaúchos e brasileiros, para as próximas gerações em nossa terra?

Fóruns Macrorregionais e Regionais – FEDERASUL

Interiorização das Demandas e Construção de uma Agenda de Desenvolvimento

Período: 2023 a 2025

Entre os anos de 2023 e 2025, a FEDERASUL promoveu um amplo processo de interiorização de suas ações institucionais por meio da realização de Fóruns Macrorregionais e Fóruns Regionais, fortalecendo o diálogo direto com lideranças empresariais, entidades filiadas, representantes do poder público e da sociedade civil organizada em todas as regiões do Rio Grande do Sul.

Esses encontros tiveram como objetivo principal ouvir, sistematizar e consolidar as demandas regionais, construindo um diagnóstico territorial qualificado que subsidiasse uma agenda estratégica de desenvolvimento econômico, social e institucional, alinhada aos valores do associativismo, da livre iniciativa, da responsabilidade social e da sustentabilidade.

O processo de escuta ativa ocorreu de forma estruturada, com:

- Participação da Presidência da FEDERASUL, Vice-Presidências, Diretoria Executiva, Conselhos Temáticos e Diretorias Regionais;
- Envolvimento direto de Presidentes, dirigentes, políticos e associados das entidades filiadas;
- Integração com Grupos de Trabalho e Divisões Temáticas;
- Registro e consolidação formal das demandas apresentadas em cada região.

A metodologia adotada buscou garantir:

- Representatividade territorial;
- Clareza na identificação de gargalos estruturais;
- Priorização de demandas com impacto regional e estadual;
- Coerência com uma visão de longo prazo (2035–2045).

Fóruns Macrorregionais – 2023

Síntese dos Principais Eixos de Demandas

A realização de 9 Fóruns Macrorregionais em 2023 evidenciou a recorrência de temas estruturantes em todas as regiões do Estado, com destaque para:

Infraestrutura e Logística

- Duplicação, pavimentação e qualificação de rodovias federais e estaduais (BR-386, BR-290, BR-116, BR-285, ERS-118, ERS-324, entre outras);
- Conclusão de obras estratégicas paralisadas;
- Implantação de sistemas modernos de pedágio (free flow);
- Integração rodoviária, ferroviária, hidroviária e portuária;
- Melhoria dos acessos ao Super Porto de Rio Grande.

Desenvolvimento Econômico Regional

- Apoio a cadeias produtivas em crise, com destaque para a proteína animal;
- Estruturação do turismo regional (rural, religioso, de experiência e cultural);
- Viabilidade de aeroportos regionais e terminais logísticos;
- Fortalecimento do comércio, da indústria e do agronegócio.

Ambiente de Negócios e Segurança Jurídica

- Simplificação regulatória e redução de burocracia;
- Segurança jurídica para investimentos privados;
- Diálogo institucional com órgãos do Judiciário e do Trabalho;
- Revisão de interpretações normativas que inibem a geração de empregos.

Integração Regional e Sustentabilidade

- Pontes interestaduais e internacionais;
- Integração com países do Mercosul;
- Resiliência climática e gestão de riscos;
- Planejamento territorial sustentável.

Fóruns Regionais – 2025

Atualização das Prioridades e Nova Agenda Pós-Crise Climática

Em 2025, a FEDERASUL aprofundou o diálogo regional por meio de Fóruns Regionais, incorporando novos desafios decorrentes dos eventos climáticos extremos, da reforma tributária e das transformações econômicas em curso.

As principais agendas consolidadas foram:

Desenvolvimento Econômico Regional

Resiliência Climática e Reconstrução

- Obras de prevenção a enchentes (diques, desassoreamento, barragens, sistemas de alerta);
- Reconstrução de cidades e infraestrutura afetadas;
- Integração das bacias hidrográficas com planejamento regional.

Infraestrutura Estratégica

- Retomada e conclusão da duplicação da BR-290;
- Qualificação de corredores logísticos regionais;
- Aeroportos regionais e estrutura para cargas;
- Gargalos ferroviários e acesso ao Super Porto de Rio Grande.

Energia, Mineração e Indústria

- Termelétrica de Rio Grande;
- Consolidação da Frente Parlamentar da Mineração;
- Segurança energética e industrial;
- Preparação de regiões para grandes investimentos produtivos.

Integração Econômica e Social

- Programas de turismo integrados;
- Acolhimento e integração de migrantes;
- Qualificação profissional;
- Desenvolvimento urbano e habitacional.

Convergências Identificadas

A escuta territorial revelou forte convergência entre as regiões, indicando que os desafios do Rio Grande do Sul são sistêmicos e exigem soluções integradas. Destacam-se como consensos:

- Infraestrutura como base do desenvolvimento;
- Segurança jurídica como condição para investimentos;
- Logística eficiente como fator de competitividade;
- Resiliência climática como política de Estado;
- Integração regional e internacional como estratégia de crescimento.

Alinhamento com o Manifesto Empreendedor

As demandas levantadas nos Fóruns, as dores dos empreendedores, em conjunto com Grupos de Trabalho, Divisões Temáticas e abordagem dos Conselhos Superior e Consultivo, debatidas entre as Entidades multisectoriais do Bloco Empresarial, alicerçaram os Eixos do Manifesto Empreendedor, reforçando:

- A necessidade de políticas públicas baseadas em resultados;
- A valorização do empreendedorismo responsável;
- A construção de consensos acima da beligerância ideológica;
- A mobilização da sociedade civil organizada como agente de transformação.

O processo de Fóruns Macrorregionais e Regionais consolidou-se como uma ferramenta estratégica de escuta, articulação e construção de consensos, fortalecendo o papel da sociedade civil organizada na construção de um futuro melhor.

Mais do que um levantamento de demandas, este relatório expressa um chamado à ação, orientado por valores, responsabilidade e visão de futuro, para que o Rio Grande do Sul possa retomar o caminho do desenvolvimento sustentável, inclusivo e competitivo.

“Aprendendo com a beligerância ideológica gaúcha, que tantos retrocessos nos trouxe nas últimas décadas, escolhemos ser parte de um grande projeto, em vez de donos de ideias que não se realizam. Que dos valores do empreendedorismo frutifiquem as convergências de um Rio Grande do Sul mais próspero, inclusivo e humano.”



@federasul_entidade



@federasul



Federasul



@_federasul

Realização



Correalização

